



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**REFLEXÕES DO CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DEBATE
SOBRE O PAPEL DA CRECHE A PARTIR DO SÉCULO XX**

ISABELI CRISTINA OLIVEIRA BASTOS

BELÉM-PA
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

REFLEXÕES DO CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DEBATE
SOBRE O PAPEL DA CRECHE A PARTIR DO SÉCULO XX

ISABELI CRISTINA OLIVEIRA BASTOS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado à Faculdade de Educação do
Instituto de Ciências da Educação da
Universidade Federal do Pará como exigência
para obtenção do título de Licenciada em
Pedagogia pela Universidade Federal do Pará.
Orientadora: Profa. Dra. Celita Maria Paes de
Sousa

BELÉM/PA
2019

ISABELI CRISTINA OLIVEIRA BASTOS

REFLEXÕES DO CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DEBATE
SOBRE O PAPEL DA CRECHE A PARTIR DO SÉCULO XX

Este trabalho foi julgado adequado em: 11 de Janeiro de 2019 para obtenção do Grau de Pedagogia, aprovado em sua forma final pela banca examinadora que atribuiu o Conceito: Excelente

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. CELITA MARIA PAES DE SOUSA
Universidade Federal do Pará/ FAED/ICED/UFPA (Orientadora)

Profa. Dra. MARIA IZABEL ALVES DOS REIS
Universidade Federal do Pará/ FAED/ICED/UFPA (Co-orientadora)

Profa. Dra. MAELY HOLANDA FERREIRA RAMOS
Universidade Federal do Pará/UFPA (Membro interno)

Profa. Dra. MARIA DO SOCORRO CARNEIRO DE LIMA
Universidade Federal do Pará/UFPA (Membro interno)

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado aos meus familiares que sonharam meus sonhos. Ao meu pai, Antônio Augusto Bastos, minha mãe Elinete Oliveira e minha irmã Tayla Oliveira.
À vocês toda a minha gratidão e carinho.

AGRADECIMENTO

Agradeço, sobretudo, a Deus por me proporcionar todos os dias a vida, por dar o ar que respiro e por me mostrar que as dificuldades podem ser superadas. Agradeço a Ele por mais uma oportunidade concedida na realização de mais uma etapa importante da minha trajetória profissional. Toda a honra e glória a Deus.

Aos meus Pais, que estiveram literalmente todos os dias, do amanhecer ao anoitecer, nesta caminhada de mais um sonho ao qual não mediram esforços para me ajudar na realização deste. Meus agradecimentos pelo amor, incentivo na busca de mais conhecimento.

A minha irmã, também pedagoga que incentivou na escolha do curso, mesmo que de longe, mostrou-se disponível ao longo dessa jornada universitária na colaboração para um conhecimento mais solidificado e aprofundado sobre a Educação Infantil. Aqui ficam meus agradecimentos também pelos empréstimos de materiais e todo o suporte necessário para a realização deste trabalho.

A minha orientadora a professora Celita Maria Paes de Sousa, pelas orientações produtivas, pelo tempo disponível que dispôs em me ajudar. Meus agradecimentos pela dedicação e insistência na busca pelo aperfeiçoamento do conhecimento.

As minhas amigas Adrielle, Ana Lúcia, Laís, Perla e Renata, pessoas que se tornaram fundamentais na conclusão de mais uma etapa de minha vida. Cada dia, cada trabalho ao lado delas o aprendizado tornou-se mais produtivo. A melhor equipe de trabalho que pude conhecer. Minha gratidão por serem, sobretudo, parcerias e pela dedicação incomparável em todos os trabalhos realizados.

A toda a turma 115, que me acolheu e pelos dias de aprendizados que tivemos que contribuiu para o meu conhecimento.

E, por fim, a todos os meus professores da Pedagogia da Universidade Federal do Pará, do Instituto de Ciências da Educação-ICED.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso apresenta algumas reflexões acerca das ações do cuidar e educar na Educação Infantil, e especificamente no trabalho das creches que atendem crianças bem pequenas. As reflexões desse estudo subsidiaram no que concerne a uma retrospectiva histórica e legal das ações redimensionadas a creche. Apesar, das várias pesquisas na área pode-se perceber que ainda há um distanciamento entre teoria e prática no que se refere ao trabalho com crianças nos espaços coletivos. Nesse sentido, no que regulamenta leis e documentos oficiais, o cuidar e o educar devem ser trabalhados em conjunto, no entanto, na ambiência da creche ocorrem, em maioria, a dicotomização e a sobreposição dessas ações. A problematização do trabalho se refere sobre a relação confusa entre as ações, e uma crítica que há em relação ao papel desenvolvido pelas creches historicamente, de que as mesmas vêm desenvolvendo ações com base em concepções assistencialistas, sendo oferecida, em sua maioria, a população economicamente desfavorável. De acordo com Kramer (2011) na creche ocorre uma educação compensatória em que é uma forma dar assistência à população mais pobre, nisso, o estímulo cognitivo torna-se uma necessidade secundária. O debate surge com intuito de superar a dicotomia entre cuidar e educar, que a creche enquanto uma instituição que adentra a primeira etapa da educação básica promova experiências que desenvolvam integralmente o ser criança. O objetivo do trabalho vem investigar relação do cuidar e educar na Educação Infantil enfatizando a trajetória das creches a fim de encontrar as ações norteadoras do trabalho dessas instituições. O objetivo geral é: discutir à luz de alguns autores o papel e o significado de cuidar e educar na creche a partir do contexto histórico e legal. Os objetivos específicos são: apresentar uma retrospectiva do levantamento histórico e legal da creche; levantar o contexto histórico da consolidação da creche no Brasil; discutir como a legislação se organizou na regulamentação da creche; e por fim trazer o debate através de autores sobre o cuidar e educar na educação infantil. A metodologia para a realização deste trabalho fundamentou-se em uma pesquisa qualitativa e o tipo de pesquisa é *Revisão Bibliográfica*, ou seja, para a realização desta reflexão das ações que norteiam as creches, foram utilizadas outras obras de autores que já mencionaram este tema. O resultado sobre a reflexão detém avanços significativos nas práticas pedagógicas voltadas à creche, no entanto, há algumas dificuldades no que se compete a viabilização do trabalho conjunto das ações, como por exemplo, a formação de professores. Por isso, esta pesquisa é importante para o exercício de reflexão para a prática de profissionais que atuam nos espaços coletivos e que formam crianças.

Palavras-chave: Educação Infantil; Creche; Cuidar e Educar.

ABSTRACT

The present Completion of Course Work presents some reflections about the actions of caring and educating in Early Childhood Education, and specifically in the work of daycare centers serving very small children. The reflections of this study subsidized with regard to a historical and legal retrospective of the resized actions the daycare center. From the various researches in the field it can be seen that there's still a gap between theory and practice regarding work with children in collective spaces. In this sense, in what regulates official laws and documents, care and education must be worked together, however, in the nursery environment, the dichotomization and overlapping of these actions occur in most cases. The problematization of the work refers to the confused relationship between actions and a critique that has been related to the role played by the daycare centers historically, that they have been developing actions with based on welfare concepts, being offered, for the most part, the economically unfavorable population. According to Kramer (2011) in daycare there occurs a compensatory education in which's a way to assist the poorer population, cognitive stimulation becomes a secondary need. The debate arises with the aim of overcoming the dichotomy between caring and educating, that daycare as an institution that enters the first stage of basic education promotes experiences that fully develop the child being. The objective of this study is to investigate the relationship of caring and educating in Early Childhood Education emphasizing the daycare trajectory in order to find the guiding actions of the work of these institutions. The specific objective's: to present a retrospective of the historical and legal survey of the daycare center; raise the historical context of the consolidation of daycare in Brazil; discuss how legislation has been organized in daycare regulation; and finally bring the debate through authors about caring and educating in early childhood education. The methodology for the accomplishment of this work was based on a qualitative research and the type of research is Bibliographic Review, that is, for the realization of this reflection of the actions that guide the daycare centers, other works of authors that have already mentioned this subject were used. The result about the reflection has significant advances in pedagogical practices related to daycare, however, there're some difficulties in which it's possible to enable the joint work of actions, such as teacher training. This research is important for the exercise of reflection for the practice of professionals who work in collective spaces and who form children.

KEYWORD: Child Education; DayCare; Care and Educate.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	UMA BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA CRECHE NO BRASIL.....	18
2.1	As primeiras instituições que antecedem a criação das Creches no Brasil: do descobrimento às primeiras instituições higienistas.....	19
2.2	A origem da creche na sociedade.....	22
3.	SURGIMENTO DA CRECHE NO BRASIL	25
3.1	O contexto das creches no Brasil: as primeiras iniciativas do atendimento da criança pequena.....	25
3.2	O contexto político e educacional: a trajetória legal da regulamentação da creche a partir do século XIX.....	28
4	A CRECHE E A DISCUSSÃO SOBRE O CUIDAR E EDUCAR.....	35
4.1	As Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil e sua importância para a definição do papel das creches	35
4.2	Educar e cuidar: a resignificação do ato de cuidar e a importância do educar	39
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
	REFERÊNCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

É imprescindível pensar nas práticas pedagógicas da educação infantil, em se tratando do cuidar e educar previsto pela legislação da atual LDB de 1996, sem antes pensar quem fora a criança constituída historicamente construída por diferentes momentos da sociedade. Nesse sentido, retomaremos como a criança foi conquistando seus direitos e sendo respeitada, valorizada no que se refere ao seu desenvolvimento e humanização nos seus primeiros anos de vida.

O processo de humanização e desenvolvimento da criança se dá a partir do contato inicial que a criança propicia tanto com sua família quanto ao espaço educativo, em se tratando de creche e pré-escola. Nestas últimas instituições, são destinadas as práticas do cuidar e educar no que prescreve as legislações atuais, é necessário, portanto, trazer a luz de como a criança foi vista em diferentes períodos da história. É nesse sentido que este resgate demonstra que a mesma foi alvo de conflitos e tensões sociais. Desde o período colonial, a criança fora vítima de mazelas sociais e das grandes crises sociais que se alastraram desde o referido período e, ainda é compreendido um despreparo para com o cuidado e educação dessas crianças. Com isso, ao longo da historiografia brasileira no que se refere à preocupação com estas crianças, principalmente aquelas de cujas mães eram despreparadas e pobres, tinha-se as instituições de caridade, de cunho religioso; e as políticas higienistas que tentaram conduzir o desenvolvimento da criança, juntamente por combater a mortalidade infantil.

Esse estudo apresenta um debate no que diz respeito aos conceitos de educar e cuidar nos espaços coletivos infantis, conceitos que algumas vezes confundidos, e, alguns casos, nos quais uma ação se sobreponha a outra. Confusão esta que muito inquietou-me em virtude da separação, que frequentemente ainda são encontradas nas creches, sobre as ações de cuidado e educação e pela dificuldade docente para entrelaçá-las no trabalho com crianças pequenas.

Por esta razão, a problematização da pesquisa detém-se ao fato, do distanciamento entre as práticas e os grandes avanços em relação aspectos históricos e legais da Educação Infantil. Este trabalho tem por indagação encontrar a insistente dicotomização das duas ações que ainda persiste no que se refere à prática docente nos espaços coletivos infantis. Desse modo, pretendemos partir da nossa principal indagação, a saber: Qual o papel da Educação Infantil? E, conseqüentemente o papel das creches na dinâmica em que envolve as ações de cuidar e educar. Essa discussão é recorrente em muitos estudos no campo da primeira infância, alguns autores vêm apontando que a discussão advém das dificuldades de alguns

professores da educação infantil em desenvolver o cuidar e o educar juntos, sendo que esse binômio como diz Kramer (2005) interfere diretamente na qualidade da educação.

A partir dessa inquietação, a justificativa para tal pesquisa, surgiu da necessidade de entender qual o papel da educação infantil, a partir de uma reflexão subsidiada por autores que fazem uma discussão da trajetória e regulamentação dessa primeira etapa da Educação Básica, conforme as Leis Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Para compreender tal papel, enfatizou-se, portanto, o papel da creche, que segundo a LDB (1996) é a primeira sub-etapa da Educação Infantil do atendimento as crianças que compreende a idade de zero a três anos. Inicialmente, o interesse pela temática surgiu por meio de um trabalho de pesquisa realizado na disciplina Metodologia do Trabalho Científico, que consistia em elaborar um projeto, ao qual o tipo de pesquisa compreenderia um estudo de campo realizado na Educação Infantil e as práticas docentes. Este projeto foi aplicado na UEI Providência. A afirmação sobre a escolha do tema se confirmou no momento em que analisei os resultados nas experiências no Estágio de Educação Infantil I e II em uma creche filantrópica denominada Cordeirinho de Deus. As práticas nas duas Instituições das quais tive contato, foram muito distintas e confusas.

A primeira que envolvia o projeto de pesquisa, as práticas se mostravam bem coerentes e claras, no que se refere ao papel de cuidar e educar, como ações indissociáveis no espaço educativo. Na segunda experiência, as ações se mostravam confusas e sobrepostas uma a outra. Nesse sentido, por sentir a necessidade de melhor compreender a prática na Educação Infantil e entender o seu papel, que muitas vezes cumpridos equivocadamente, foi o que motivou a escolha do tema.

Haja a vista que a historicidade da Educação Infantil foi marcada por importantes momentos e discussões a fim de melhor atender as demandas infantis nos espaços coletivos, por isso faz-se necessário um melhor estudo dos pensamentos em relação às práticas correspondente aos referenciais teóricos da atualidade. Houve, portanto, inúmeras mudanças no modo de atender aos bebês e às crianças pequenas nas instituições infantis, pois os avanços na Educação Infantil estão relacionados com a importância da infância ao longo da história, bem como enfatiza Kramer (2011).

Segundo Kuhlmann (1998) o início dos atendimentos aos bebês e às crianças pequenas era caracterizado pelos cuidados com o corpo e a higiene. E, atualmente pensar em Educação Infantil requer pensarmos no cuidar e no educar como ações indissociáveis e como um direito da criança de 0 a 6 anos como determina a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (1996). Anteriormente a essa promulgação, as creches cumpriam apenas

funcionalidade de assistencialismo e eram regulamentadas por políticas de assistência social e por leis que asseguravam o bem-estar, destinadas em sua maioria a população pobre, bem como diz Kuhlmann (1998) e Guimarães (2011).

A partir das Leis de Diretrizes e Bases (1996) as creches passam a preconizar também além do cuidar a função educativa e integra as creches anteriormente vinculadas a assistência social às Secretarias de educação, em que o atendimento das crianças em creches devem ter uma finalidade educativa. Nessa perspectiva, temos maior ênfase disto a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2009, temos que a Educação Infantil é constituída por:

Espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (art.5º). (BRASIL, 2009, p.04)

Nesse sentido, pensar em Educação Infantil requer pensarmos em cuidar e educar, como um direito da criança ou do bebê, ainda que seja recente é garantido por lei a partir de 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases para a educação (LDB).

A intenção deste trabalho tem como foco investigar a relação do cuidar e educar na Educação Infantil enfatizando o contexto e a trajetória das creches a fim de encontrar as ações norteadoras das práticas encontradas nos espaços coletivos infantis. Para isso a pesquisa tem como objetivo geral: Discutir à luz de alguns autores o papel e o significado de cuidar e educar na Creche a partir do contexto histórico e legal. Enquanto os objetivos específicos: Apresentar uma retrospectiva do levantamento histórico e legal da Creche; Levantar o contexto histórico da consolidação da Creche no Brasil; Discutir como a legislação se organizou na regulamentação da Creche; Trazer o debate através de autores sobre a relação do cuidar e educar na Educação Infantil.

Com vistas a compreender o papel da educação infantil no que se refere à prática docente nas creches, este referencial teórico aborda os primeiros indícios das ações do cuidado (século XIX) até chegar esta ação associado ao papel da educação (até os dias atuais).

Para construir este estudo foram escolhidos os autores como Moysés Kuhlmann Júnior (1998), que apresenta uma abordagem histórica da construção das primeiras instituições, das quais primeiro se origina as instituições de caráter assistencialista, que promove uma tentativa de atender as mães, que viviam em um contexto de pobreza a serem inseridas no mercado de trabalho, da exigência urbano-industrial do século XIX, no Brasil. E, posteriormente, essas primeiras instituições passariam atender as crianças no que se referem

somente as exigências do cuidado. Esse autor mostra claramente a diferenciação das primeiras instituições de cunho assistencialista e a Casa ou Roda dos Expostos, até porque coexistiram em períodos semelhantes. Já a primeira instituição denominada assistencialista, que prestava somente a prática do cuidado (creches) foi criada com o objetivo das mães não abandonassem suas crianças, bem como explicita nos trabalhos de Maria Vittoria Pardal Civiletti (1991), em decorrência do alto número de abandono que acontecia na Roda, onde as mães, já garantido o anonimato, depositavam o expositor (a criança) em um objeto cilíndrico sem nunca mais vê-los, por conta dos altos índices de mortalidade infantil que pairava a época.

Para adentrar nos estudos sobre a roda dos expostos, foram lançados os trabalhos de Maria Luiza Marcílio (2001) que compreendia que a roda provocava o distanciamento entre mãe e filho; além de ter também uma questão de preocupação por parte das mães, por conta, do batismo que a assistência missionária poderia promover. A importância do batismo da criança nos seus primeiros anos de vida na época tornou-se umas das coisas imprescindíveis para garantir a salvação delas, o que também provocou o alto número de crianças abandonadas nas rodas.

Kuhlmann (1998) diz que as primeiras creches são construídas como em substituição da atenção materna, por isso ele intitula como um “mal necessário” em virtude das ações a serem confiadas às creches serem fielmente cumpridas no que se diz ao papel mãe e filho. Essas prescrições foram formuladas por médicos higienistas que priorizavam ações norteadas para o fornecimento da alimentação, com os cuidados com a saúde. Esse modelo de atenção com relação aos filhos das mães trabalhadoras intitulou-se como assistência científica, haja vista que eram propostas modernas que tinha a visão do progresso e crescimento no âmbito industrial.

No mesmo direcionamento histórico de Kuhlmann, Nilza A. Forest & Silvio L. I. Weiss (2003) trazem uma discussão de que as creches foram criadas com o objetivo de ter uma melhor atenção para com as crianças, já que viviam em um cenário de abandono, pobreza e impossibilidades, em que também seus pais tinham que trabalhar no contexto do surgimento das indústrias e das fábricas. Nesse sentido, a função da creche tornou-se mera assistencialista conciliando o papel materno a finalidade principal das creches. Nesse mesmo contexto, instauram-se ideologias de uma elite que assumiu interesses próprios a fim de conservar o domínio sobre o povo e sobre as classes sociais. Essa elite visava ordem e ideias sanitaristas e isto incluía conservar e manter as crianças pobres confinadas na creche recebendo somente práticas de cuidados mecanicistas, o que historicamente afeta nas práticas atuais de creche.

No entanto, os mesmos autores nos alertam que os profissionais da educação infantil devem estar atentos para que não priorizem uma ação, em detrimento de outrem, mas que estejam vigilantes para que suas rotinas não estejam mecanizadas, guiadas por regras. O cuidado como prática deve ser repensado e ressignificado, pois para se cuidar de uma criança precisa que se tenham finalidades para além do ato mecânico de cuidar, de alimentar, de dar banho, etc.

Se na atualidade ainda perpetua-se uma ação nas creches voltada para a concepção higienista, ao qual se dá destaque somente para hábitos e rotinas ligadas aos cuidados com a limpeza, alimentação e o sono, é porque isto esteve intrínseco na memória e na história da infância como sendo “normal” no que refere a uma educação voltada para os filhos de mães trabalhadoras. Isso acontecia quando a mãe, por exemplo, no contexto da Revolução Industrial do século XIX no Brasil, teria que trabalhar e deixara seu filho na instituição para que esta somente cuidasse enquanto mãe estivesse trabalhando e, que por “conveniência” de poder de uma minoria, acharam melhor só cuidar das crianças, os filhos das classes desfavorecidas. Nos dias de hoje, algumas creches seguem nesta mesma linha de pensamento, em que o objetivo do trabalho se reduz apenas na substituição da atenção materna. Nesta pesquisa, portanto, redimensionei a creche como um lugar que cuida e educa, no entanto, partir da visão de alguns professores (as) a respeito das suas ações desenvolvidas no que diz respeito do papel da educação infantil, voltado principalmente na associação das duas ações nas creches.

Para a contundência do trabalho foi feito um estudo e discussão sobre a legislação que fomenta o direito à Educação Infantil no Brasil, sobretudo, no que diz respeito às leis que proporcionaram as ações do cuidado e da educação como essenciais no desenvolvimento da criança. Os marcos legais são a Constituição Federal Brasileira (1988), Lei de Diretrizes e Bases (1996), Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) e as Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Infantil (1999-2009).

O primeiro documento oficial que impulsionou uma mudança significativa no campo da Educação Infantil foi a Constituição Federal de 1988, a referida lei é resultado de pressões sociais, de movimentos feministas e debate e contribuições de pesquisadores do campo da infância e da educação. O documento considera que o Estado tem o dever de assegurar as crianças de 0 a 6 anos o direito à educação, ofertando creches e pré-escolas como um direito da criança. É nesse momento que a criança passa a ser reconhecida como sujeitos de direitos ou até mesmo como cidadã.

No que se refere à defesa de um novo modelo para a Educação Infantil, aprovou-se a Lei 9394/96 em dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que estabelece a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, que garante, sobretudo, o direito da criança pobre o direito a educação, não sendo mais somente incorporadas e confinadas a instituições vinculadas a órgãos de assistência social. O mais importante dessa lei é que ela garante o vínculo entre o atendimento às crianças de 0 a 6 anos e a educação.

No ano de 1998 foi elaborado pelo Ministério de Educação e do Desporto- MEC um documento que confirma a inserção a inclusão das instituições de atendimento às crianças de zero a seis anos no ensino educacional regular estabelecido como Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNEI). Esse documento é composto por três volumes e adota uma postura de conhecimento construtivista de educação. Uma das exigências do referencial proposto pelo MEC são que as creches e pré-escolas e demais instituições de educação infantil colaborem para a formação da cidadania da criança, que a mesma possa por meio dessas instituições propiciar “o desenvolvimento de práticas de qualidade que permitam a inserção equitativa e participativa dessas crianças no universo social, cultural, econômico e política da realidade brasileira” (RCNEI, 1998, p. 5-6).

Esse mesmo documento prescreve que as ações pedagógicas sejam pensadas para favorecerem no desenvolvimento da criança. Para isso o educador precisa motivar nas necessidades básicas da criança e entender que ela é um ser social que já desde o seu nascimento já possui capacidades cognitivas, emocionais e sociais. A colaboração para esse desenvolvimento integral precisa ocorrer em um espaço propício com a organização da rotina, com práticas de cooperação, por meio da interação social. O referencial também considera o cuidado uma ação essencial na creche, mas tendo uma clara diferenciação do trabalho doméstico. A prática precisa ser norteada para melhor garantir as oportunidades de desenvolvimento.

Para melhor compreensão das concepções acerca do desenvolvimento da cognição e da linguagem foi formulada propostas pelas Diretrizes de 1999 definidas através do Conselho Nacional de Educação (CNE), que trouxeram como principal abordagem a crítica em relação ao conceito de infância construída historicamente e que foram erroneamente compactuadas pelas políticas públicas do Brasil. Conceito esse que, prescindem iniciativas de assistência destinadas aos pobres, sem finalidade emancipatória. Sendo assim, foi definido com essas Diretrizes, com base na Constituição de 1988, o direito de toda criança a educação, a partir de

0 a 5 anos de idade a elas são garantidos o direito as Instituições de Educação Infantil, como um direito social de toda a criança.

Além do direito a educação garantida pelo Conselho, essas Diretrizes tratam as ações do cuidar e educar como ações indissociáveis e promovem que por meio da brincadeira a criança se torna um sujeito ativo que interage e age com o mundo. Por isso, que as Diretrizes combatem a antecipação de rotinas e práticas não condizentes ou referentes a ensinamentos posteriores para a orientação do trabalho com crianças pequenas.

Após dez anos, foi aprovado as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais que através das pesquisas realizadas no campo da educação infantil, perceberam-se resultados preocupantes no que se refere à qualidade do trabalho realizado nos espaços destinados as ações no que se refere ao trabalho com crianças pequenas. A creche, portanto, por ter uma linhagem com a origem e história fundamentada na assistência e cuidado, prevalece segundo as pesquisas o reforço dessa mesma filosofia de trabalho. As pré-escolas, no entanto, caracterizaram-se com ações que promovem a antecipação de práticas pedagógicas voltadas para a inserção das crianças no Ensino Fundamental.

Com essas demandas a serem reparadas e superadas as novas diretrizes enfatizaram a questão do desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos de idade, promovendo a valorização das suas produções individuais e coletivas, podendo ela também construir conhecimentos e ter aprendizagens através de várias linguagens. Tendo através disso a garantia do direito a proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. No que tange a questão norteadora da pesquisa, fala-se a questão da indissociabilidade das ações do cuidar e educar, no Art. 5º diz que as Instituições de Educação Infantil, seja creche ou pré-escolas devem trabalhar os conceitos de cuidar e educar juntos no trabalho com crianças de zero a cinco anos. O inciso 1 do Art. 8º dirá “ a educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo” (RESOLUÇÃO Nº5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009).

A questão do cuidar e educar como ações indissociáveis contribuem de maneira significativa para a questão do desenvolvimento humano da criança, pois é nos seus primeiros anos de vida que ela forma sua personalidade e qualidades socialmente construídas. Nessa concepção, Mello (2007) traz suas contribuições nas entrelinhas de seu texto sobre Infância e Humanização sobre a importância do cuidar e educar para se desenvolver as máximas qualidades humanas, haja vista que o processo de ensino e aprendizagem, se estabelece nas interações que o bebê possa ter ao interagir com outro.

Silva & Bonsanello (2002) enfatizam que para o pleno desenvolvimento das crianças seja no social, cognitivo e afetivo, as ações do cuidar e educar devem estar intrínsecos no trabalho com as crianças pequenas, pois por meio da ação do cuidar as crianças suprem suas necessidades primeiras em questões relacionadas à alimentação, higiene, sono; mas, para que essa ação ocorra precisará a intervenção de um adulto, promovendo interferências para que chegue à finalidade do ato educativo.

Na educação infantil, enquanto se faz uma ação do cuidar para com um bebê, devemos ter um diálogo com ele. Nisso, Azevedo (2013) traz suas considerações das ações do cuidar e educar através de seu livro “Educação Infantil e formação de professores: além da separação cuidar-educar” que retrata que a ação pedagógica de um professor tem que ter uma ação intencional, não somente em realizar a ação do cuidado, como se fosse uma ação isolada, mas sim tornar aquela ação para com a criança, uma ação educativa.

Nesse sentido, no que se refere a dicotomia entre os termos cuidar e educar Azevedo (2013) expõe que na intenção que um professor pretende ele deverá ter clara a sua intenção educativa que “julgada por muitos como sendo apenas ‘cuidado’, é ao mesmo tempo educativa e vice-versa”. (AZEVEDO, 2013, p. 167).

Conforme o que foi mencionado acima sobre a indissociabilidade das ações educar e cuidar, ainda há espaços coletivos infantis que concebe a separação do cuidar para com o educar. Nesse caso, é comum encontrar a ação do cuidar como sendo o mais conveniente e cômodo na ação pedagógica, deixando restrito outras dimensões das máximas qualidades humanas, que seria do aprender a pensar, e isso se aprende na infância. No entanto, a pesquisa não está conduzindo o papel do cuidado como se fosse uma educação menor, e nem vice versa, como se ser educacional fosse melhor.

Guimarães (2011) indaga: “o que é ser educacional?” Ela diz que muitas das vezes também se encontram equívocos no trabalho pedagógico, dentre os quais a ação do educar é trabalhada como ações com objetivos, no intuito de desenvolver aprendizagens específicas ou que prescindem realizar a antecipação de conteúdos e metodologias do Ensino Fundamental. Essa antecipação torna-se algo prejudicial e não agradável para a criança, não concebendo, portanto, a escola e o conhecimento sistematizado como um polo negativo.

É no tempo da infância, que a criança desenvolve as suas máximas qualidades humanas, como bem destaca Mello (2007). Por isso, as creches e pré-escolas devem ter preocupação em compatibilizar a prática da Educação Infantil, em relacionar: cuidar e educar.

Para atingir tais objetivos a pesquisa se apoia nos estudos da abordagem qualitativa, pois uma das formas de construção deste trabalho consistirá na investigação de um problema

a partir da realidade social. A definição de pesquisa qualitativa requer entendermos a diferença desta para com a pesquisa quantitativa, pois a oposição metodológica entre ambas faz-se necessária para a construção desse trabalho. Segundo Severino (2007) pontua as várias diferenças entre as duas abordagens de pesquisa, como sendo a quantitativa preocupada em seguir modelos matemáticos para estudar determinados fenômenos, para isso assegura-se no *modelo de conhecimento científico, denominado Positivista*, este modelo, portanto, tinha o objetivo de explicar, *objetivamente*, tanto as *ciências*, como também o *mundo humano*.

Dada a ineficácia de se estudar a condição específica dos sujeitos expressos em termos quantitativos, pois o ser humano segundo Gil (2008) não pode ser tratado como objeto de estudo, e, sim como sujeito. Por isso Gil (2008) cita o sociólogo em seu livro Durkheim (1973) para apresentar ao contrário o pensamento desse sociólogo que diz “tratar os fatos sociais como coisas”. Nesse percurso surge a pesquisa de abordagem qualitativa, que garante a especificidade de cada sujeito, agora sem um método pronto. (DESLANTES, NETO, GOMES, MINAYO, 1994, p.21-22) dirão que a pesquisa qualitativa:

Se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Idem, 1994, p. 21-22).

A pesquisa de abordagem qualitativa, segundo aos mesmos autores anteriormente mencionados, prescinde pensar em processos/ciclos, o primeiro requer a *fase exploratória*, em que consiste na elaboração interrogativa sobre o objeto, as teorias, os pressupostos, a metodologia e as questões que devem ser levadas a campo. Nesse ciclo temos, portanto a construção do projeto. O segundo ciclo adentra o *trabalho de campo*, é nesse momento que será realizado as entrevistas, observações, levantamento de material documental, etc. Nesse ciclo temos a confirmação de hipóteses e construção de teorias. E no último ciclo, há *análise do material recolhido* para confrontos e afirmações. Nesse sentido, nesta segunda fase para a construção desse trabalho, foi preciso a análise e levantamento de documentos anteriores para que fossem resgatados e discutidos alguns questionamentos sobre o papel das Creches no âmbito da Educação Infantil.

Uma das formas de realização de pesquisa de abordagem qualitativa se presume pela pesquisa do tipo *Pesquisa Revisão Bibliográfica*, sobre esse tipo de pesquisa, temos que esta faz estudos ou pesquisas anteriores relacionadas ao mesmo tema para subsidiar uma nova reflexão a partir de dados anteriormente pesquisados, de acordo com Severino (2007) é um método de pesquisa a qual o levantamento para tal é realizada a partir de uma seleção de

registros encontrados em livros ou artigos decorrente de pesquisas anteriores sobre o assunto. Sobre isso o autor reforça que a pesquisa de revisão bibliográfica:

(...) é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 123).

O presente trabalho de conclusão de curso está organizado em seções. Na primeira seção estão apresentados os elementos introdutórios da pesquisa, tal como tema, problematização, justificativa para a escolha do tema, os objetivos que conduziram o trabalho, assim como a apresentação da abordagem metodológica e entre outros elementos constituintes da pesquisa. A seguir, a segunda seção realiza uma retrospectiva sobre o histórico e sobre os elementos que deram subsídio para a criação das creches e das ações no que se refere ao atendimento das crianças, pautados na discussão dos conceitos de cuidar e educar. A terceira seção consiste em um estudo, baseado em documentos e legislações sobre a regulamentação das creches destinadas ao público infantil com o intuito de identificar o papel das mesmas na execução da escola básica. Na quarta e última seção será realizado um debate e aprofundamento sobre como alguns autores concebem o papel da creche, e como se dá a relação do cuidar e educar nesses espaços que cuidam de crianças pequenas. Ao término do trabalho e com a descrição das Considerações Finais estão descritos os objetivos alcançados, pois foram respondidos a todos os objetivos acerca do papel da educação infantil, em se tratando das creches, podendo também ter o contato e a experiência de dialogar com aspectos teóricos e históricos que melhor subsidiarão a prática docente.

2 UMA BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA CRECHE NO BRASIL

Esta seção visa refletir sobre a história do atendimento das crianças bem pequenas nos espaços institucionais anteriores a creche, bem com, traremos um breve debate do surgimento da creche. Para essa breve retrospectiva, partimos da história das primeiras instituições no Brasil por compreender que esse embrião se configura como um papel importante para a constituição das nossas primeiras creches. Nesse contexto, recuperamos a história do atendimento à infância a partir do século XIX, entretanto, percorremos de forma breve ao período anterior.

Como sabemos a história da creche foi marcada historicamente por um caráter assistencialista. A origem da creche preocupou-se, primeiramente, em atender somente as ações do cuidado, em se tratando disso, atualmente no campo da Educação Infantil é perceptível que ainda há uma atuação das práticas mais voltada as ações de assistencialismo, do que as ações educativas, por isso, acaba desfavorecendo o entrelaçamento entre estas ações. Há, portanto, uma contradição no que diz respeito às várias leis que consideram o cuidar e o educar juntos frente à dissociação das ações na prática.

Esse enfoque de resgatar as práticas iniciais começadas pela creche possibilitou-nos a uma retrospectiva da análise histórica das primeiras instituições que atendiam crianças pequenas. Esse resgate possibilitou melhor compreensão das práticas e exigências atuais, pois ao redimensionar as funções da creche do passado passamos a compreender e problematizar melhor as ações direcionadas a essas crianças, que por esse caminho as ações do cuidar e educar se tornam fundamentais para o melhor desempenho do desenvolvimento infantil.

Tendo em vista essa retrospectiva, entenderemos como surgiram as primeiras instituições e quais eram suas práticas iniciais e essenciais na ação para com as práticas com crianças. Para isso, foram estudados, nesta seção autores que trazem um resgate histórico das primeiras práticas e instituições que assistiam as crianças, tais autores como Kuhlmann (1988), Kramer (2011) fazem parte do grupo de autores que relembram momentos das quais as crianças eram sujeitos nas primeiras instituições, comandadas pelas entidades caridade, filantrópicas e ao exercício de práticas higienistas, respectivamente. Dentro dessa perspectiva, a autora Civiletti (1991; 1998) destaca, em um primeiro atendimento de cunho missionário, o papel das Rodas dos Expostos na tentativa de combater a mortalidade infantil, por conta do alto número de crianças abandonadas. Entre outros autores que conduzem para melhor clareza a respeito das instituições de atendimento à primeira infância e o processo histórico, nos

apoiamos em: Araújo (2005), Marcílio (2001), Silva & Bolsanello (2002), Forest & Wess (2003), Araújo, Gama & Silva (2013).

2.1 AS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES QUE ANTECEDEM A CRIAÇÃO DAS CRECHES NO BRASIL: DO DESCOBRIMENTO ÀS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES HIGIENISTAS

Anteriormente a criação das creches no Brasil, temos um atendimento especializado voltado às crianças pequenas centrada num caráter assistencialista, conforme Kuhlmann (1998). No início, esse assistencialismo acontece por uma preocupação primeira das instituições de caridade em função do alto número de crianças abandonadas. Após a atuação religiosa, temos a ação filantrópica que já vem subsidiar o cuidado com as crianças recomendando pelo um viés da medicina e da puericultura que prescrevem ações adequadas com a atenção delas. Ambas as filantropias e médicos higienistas desenvolvem ações de prescrição de cuidados voltados à preservação da saúde e higiene das crianças pequenas. O alvo dessas prescrições sempre estava direcionado a população pobre, sobretudo, aquelas famílias socialmente e economicamente desfavorecida situadas nos centros urbanos do Brasil.

Esse atendimento contemplou a época, a qual o país presenciou em se tratando especificamente do final da abolição da escravatura, 1888-1889. Esta assistência e ausência de planejamento, no início estava sob domínio das instituições de caridade e, posteriormente sob influência dos médicos higienistas que tiveram preocupação com as crianças abandonadas e fragilizadas que faziam parte dos altos índices da mortalidade infantil. Essa preocupação também estava assentada, na época, em estabelecer e reafirmar a sociedade de classes.

Para melhor entendimento do histórico para a constituição da creche, foram utilizados três períodos que demonstram importância das crianças ao longo da fase Pré-1930 estruturados nos estudos de Kramer (2011), são eles: 1º período do descobrimento 1500 a 1874, que compreende a atuação da Casa dos Expostos ou Roda dos Expostos; 2º período de 1874 a 1889, que são a elaboração dos projetos dos médicos higienistas; e 3º período, e mais importante, rege de 1889 a 1930, ocorreu a intensificação das leis e criação de instituições com base nas propostas higienistas.

No primeiro período que compreende de 1500 a 1874, temos segundo os estudos de Kramer (2011) uma preocupação advinda da ordem religiosa-caritativa em relação às crianças

abandonadas. Então, a instituição denominada Casa ou Roda dos Expostos¹ a qual foi umas das intuições brasileiras que tomou a responsabilidade de amparar e recolher a criança pobre abandonada no Brasil (incluindo os filhos das ex-escravas), para que a criança pequena não viesse a padecer ao abandono em lugares inóspitos, ou que não virassem alimentos de animais, bem como menciona Kuhlmann (1998). Nesse cenário, a instituição de caridade criou esse o dispositivo para “salvar” as crianças abandonadas, “crianças pobres, abandonadas e aquelas que ameaçavam a tranquilidade e segurança da população” (ARAÚJO, p.150 2005).

Por também ser alto o índice de mortalidade infantil na época, as mães deixavam seus filhos na Roda, pois a grande maioria não tinha como mantê-los. A instituição mantinha o anonimato da mãe que abandonava seu filho. Segundo Marcílio (2001) ao fazer um estudo detalhado da roda dos expostos, compreende que a roda provocava o distanciamento entre mãe e filho; além de ter também, de assegurar a questão de salvação da alma daquela criança. Isto foi umas das primeiras razões, segundo a autora, o crescente abandono dos expostos, haja vista que a preocupação com o batismo da criança nos seus primeiros anos de vida na época como umas das formas de garantir a salvação delas.

No segundo período, de 1874 a 1889, há a influência dos médicos higienistas que também tiveram preocupação para com a questão dos cuidados em relação à vida da criança, pois ainda houve a alto índice da mortalidade dos expostos. Segundo Kramer (2011) as causas das mortes das crianças, sob uma perspectiva médico-higienista ocorria por duas causas:

Um das dizia a respeito aos nascimentos ilegítimos, fruto da união entre escravos ou destes com os senhores. A segunda se referia à “falta de educação física, moral e intelectual das mães”(42, p.164) ou, mais concretamente, sua negligência na medida em que permitiam o aleitamento mercenário (escravas de aluguel). A ligação entre as duas causas se estabelece porque ambas culpam a família, além de colocarem os negros escravos a origem de doenças. (KRAMER, 2011, p. 49).

Apesar da preocupação em relação à mortalidade infantil e pela condenação de práticas de higiene feitas pelas mães, os projetos elaborados para superar tal fato não foram bem concretizados pelos médicos-higienistas, no primeiro momento.

Essas preocupações tanto das entidades caritativas e dos médicos-higienistas de certa forma contribuíram para os primeiros passos para se chegar à Creche como uma Instituição que atende a mãe trabalhadora do século XIX, no Brasil. Mas, no que se refere o perfil das

O nome da roda provém do dispositivo onde se colocavam os bebês que se queriam abandonar. Sua forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixada no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior em sua abertura externa, o expositor depositava a criancinha que enjeitava. A seguir, ele girava a roda e a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar a vigilante ou rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor furtivamente retirava-se do local, sem ser identificado (MARCÍLIO, 2001, p.57)

primeiras creches surgem como uma instituição diferente das bases religiosas caritativas da Casa ou Roda dos Expostos, uns das principais diferenças destacadas por Kuhlmann (1998). As creches surgem em contradição a elas, pois apesar dessas novas instituições concentrarem suas ações em uma política assistencial, com questões centrais de higiene, alimentação e preocupação com a saúde, o surgimento dessas creches visaram por querer combater o intenso abandono de crianças nas Rodas dos Expostos, mantendo, portanto, a relação entre mãe-filho.

Sobre a criação das creches podemos encontrar nas palavras de Kuhlmann (1998), o momento de romper com o abandono e não desfazer o laço materno, nisso, ele dirá que:

A creche, para as crianças de 0 a 3 anos, foi vista como muito mais do que um aperfeiçoamento das Casas de Expostos, que recebiam as crianças abandonadas; pelo contrário, foi apresentada em substituição ou em oposição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças (KUHLMANN, 1998, p.82).

Essa nova perspectiva de atendimento a criança adentra no terceiro e, último período dos estudos de Kramer (2011) que datam o período de 1889 a 1930, como intensas preocupações com a infância. No que destaca a autora, esse período foi uns dos mais importantes e mais efetivos no que diz ao atendimento da criança, pois houve a criação de instituições, em principal de 1899, a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI) em que também possui características da medicina higienista, pois segundo Kramer (2011) ele contemplava objetivos como:

Atender aos menores de oito anos; elaborar leis que regulamentassem a vida e a saúde dos recém-nascidos; regulamentar os serviços das amas de leite, velar pelos menores trabalhadores e criminosos; atender às crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas; criar maternidades, creches e jardins de infância (KRAMER, 2011, p.52).

Como se percebe segundo as palavras da autora, uns dos objetivos do IPAI foi a criação de creches, por esse motivo, foi grande o investimento da instituição creche final do século XIX, mas, ainda sob aspecto médico-assistencialista. Uma das creches criada para filhos de operários foi a da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado no Rio de Janeiro, como demanda para suprir as necessidades econômicas do contexto fabril e industrial que acarretou nas primeiras instituições no atendimento a criança.

No que se referem os primeiros indícios de creches, temos que estas estavam a serviço dos médicos-higienistas e com características centrais do cuidado. Nesse sentido, as práticas estavam sobre a perspectiva de um olhar clínico médico quando se prescrevem orientações dos cuidados com as crianças. Essas orientações, tanto destinadas às mães ou as instituições, foram baseadas na contundência teórica afirmada na ciência ou cientificidade,

com prescrições advindas da medicina e da puericultura, direcionadas a modos de como cuidar das crianças.

2.2 A ORIGEM DA CRECHE NA SOCIEDADE

Para a compreensão do entendimento do papel das creches no Brasil, é de suma importância desmitificar onde foram adotadas as primeiras instituições que pensavam no atendimento as crianças pequenas, no que se refere a um contexto mais amplo. As atividades resultantes e as primeiras práticas de atenção a essas crianças partiram da necessidade de salvá-las de um contexto desfavorável à vida delas na França.

Alguns estudos a partir de uma perspectiva histórica evidenciam que o sentimento de infância surge no século XVI. Segundo estudos de Philippe Ariès (2017) sobre a história da infância e da família, enfatiza que esse sentimento de infância se configura na compreensão da criança enquanto ser único, que é dotada de particularidades e que ao longo do tempo da sociedade moderna do século XVI, ela foi sendo vista como sujeito que necessita de cuidados e educação, pois passa a ser vista como um “ser imperfeito e incompleto que necessitava de ‘moralização’ e a educação feita pelo adulto” (KRAMER, 2011, p.18).

O sentimento de infância não existiu sempre, na sociedade medieval bem como mostra os estudos de Philippe Ariès (2017) não havia tal concepção quanto à sociedade moderna. Na primeira, as crianças eram negligenciadas e abandonadas à própria sorte. Já na sociedade moderna, com as novas concepções de sociedade, a qual o capitalismo surge como nova ordem econômica foi modificada também a inserção do papel social da criança na sociedade. Nas palavras de Kramer (2011):

Se na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (“de adulto”) assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura. Este conceito de infância é, pois, determinado historicamente pela modificação das formas de organização da sociedade (KRAMER, 2011, p.19).

A partir dessa visão de Kramer (2011), a qual o conceito de infância se fez historicamente, a ideia de Creche surge exatamente nos ideais da França, do contexto de modernização. Este país foi o pioneiro em se preocupar com a criança e de perceber as necessidades que elas têm no sentido de obterem uma melhora no que se refere à qualidade de vida das mesmas, naquela referida época. Pensar em creche, portanto, em um contexto amplo, advém de uma necessidade moderna (final do século XVI ao século XVIII no contexto urbano

industrial europeu) de melhor atender a criança e suas especificidades quanto ser diferente do adulto.

Para melhor compreensão do sentimento de infância ao longo da história, Phillippe Ariès (2017) traz como contribuição a relação da criança com o adulto (família). Ele realizou análises de produções iconográficas em diferentes períodos históricos (desde a era medieval), ou seja, este estudo minucioso de materiais referentes a:

Pinturas, antigos diários de famílias, testamentos, igrejas e túmulos. Seu trabalho, ao lado das conclusões quanto ao momento e às condições do surgimento da família nuclear, da escola e do sentimento de infância, traz um novo ângulo de análise para a função que desempenhavam aquelas instituições, contrapondo-se aos que consideram a família e a escola como organismos que sempre existiram como uma mesma estrutura e com funções determinadas (KRAMER, 2011, p. 17).

A partir dessa análise Ariès (2017) percebeu a evolução e preocupação com a infância. De acordo com Kramer (2011) e com base nos estudos deste primeiro autora infância caracterizou-se em dois distintos conceitos que surgem de modo simultâneo, um como um conceito traduzido pela “pararicação” dos adultos, sendo a criança considerada ingênua, inocente e graciosa; e o outro conceito em oposição ao primeiro em que a criança é tida como um ser imperfeito e incompleto, que precisa esta em constante interação com um adulto mais experiente para que possa obter uma “moralização”.

A creche na sociedade como um todo surge num sentido com a preocupação com a infância e com a valorização das especificidades das crianças. Estas que estavam sendo alvo de mortalidade infantil e abandonos. Para tanto, foram pensadas práticas que evitassem tais acontecimentos mencionados. Pensar no concerne da Creche é resgatar a valorização e preocupação com a infância. Essa preocupação foi pensada a partir da necessidade social de modernidade e atenção pela vida.

No entanto, a criação das creches e pré-escolas acontecem dando ênfase na questão de uma educação compensatória bem como explicita Kramer (2011), ou seja, a preocupação com as crianças nas primeiras instituições davam enfoque para as questões higienistas e, posteriormente propiciar o estímulo cognitivo. As instituições que pregavam através de uma educação compensatória erradicar a fome, a miséria, a pobreza, a negligência das famílias, foram pensadas inicialmente por:

Froebel iniciando os jardins de infância nas favelas alemãs (Berlim), em pleno surgimento da Revolução Industrial; Montessori, no final do século XIX e início deste século, desenvolvendo trabalhos voltados às crianças pobres das favelas italianas; McMillan, contemporânea de Montessori, enfatizando a necessidade da assistência médica e dentária, bem como de estimulação cognitiva, para compensar as deficiências das crianças (KRAMER, 2011, p. 25).

De acordo com Kuhlmann (1998), as creches no Brasil retomam os modelos do século XVIII da França, período de expansão do desenvolvimento francês, se apropriando da ideia do que seriam as creches em função das necessidades e das reivindicações historicamente estabelecidas por mães trabalhadoras, pessoas de baixa renda. Essas primeiras instituições se responsabilizavam por cuidar de crianças de até dois anos de idade, enquanto a mãe fosse destinada para o mundo do trabalho. Segundo o autor “A creche, para os bebês, cumpriria uma função de apoio à família e seria exclusivamente para quando as mães necessitassem trabalhar. Isso significa, à época, as mulheres pobres e operárias” (KUHLMANN, idem, p.472).

As creches serviriam como complemento as escolas primárias, ou das chamadas salas de asilo da segunda infância². Essas salas de asilo, posteriormente, foram denominadas de escolas maternais, as quais se destinavam a atender crianças a partir de dois anos ou três. Nesse sentido, a função da creche tanto no âmbito Francês quanto no âmbito do Brasil visa atender crianças economicamente desfavoráveis, auxiliando a família no que diz respeito aos cuidados essenciais no que se refere à ausência no papel materno.

² O surgimento das creches ou asilos da primeira infância no Brasil, veio solucionar o problema das mães pobres que necessitavam trabalhar para auxiliar na renda da família, e não tinham a quem confiar seus filhos, pois devido a pouca idade, não poderiam ser enviados à escola. Sua proposta de instalação, seguiu aos moldes das creches da Europa, que já algum tempo existiam, com a mesma função a que se estavam propondo. Ficou assim a educação infantil dividida em duas etapas: a primeira destinada a crianças de 0 a 2 anos, que eram as creches ou asilos da primeira infância, e a segunda destinada a crianças de 3 a 6 anos, que eram as escolas primárias ou salas de asilos para a Segunda infância, estas forma criadas na França e mais tarde passaram a ser chamar Escolas Maternais, inclusive no Brasil(BUILD A FREE WEBSITE OF YOUR OWN ON TRIPOD, 2018, p.01).

3 SURGIMENTO DA CRECHE NO BRASIL

Esta seção tem por objetivo compreender como se consolidou a criação das creches no Brasil, bem como discutir como esta instituição foi sendo regulamentada e organizada para o atendimento das crianças pequenas. Como bem mencionado na seção anterior, a creche surgiu a partir da preocupação em “salvar” a criança da mortalidade infantil tanto no contexto geral, quanto no contexto brasileiro. As instituições, portanto, estavam prescritas em uma política de assistência. A partir disso, surgem as primeiras instituições denominadas creches, tanto para suprir a necessidade de uma nova demanda de sociedade e pela inserção da mãe trabalhadora doméstica ou ex-escrava, ambas de origem pobre ao mundo do trabalho. O que caracteriza a criação das creches também está pautado na inserção da mulher no mercado de trabalho.

Sobre a criação dessas creches no Brasil no final do século XIX e início do século XX, no primeiro ato, substituíram o papel da mãe, e por seguir as prescrições no cuidado das crianças tornou a prática dessas instituições inconsistentes, segundo os autores Kuhlmann (1998); Civiletti (1991), haja vista que centralizou-se os cuidados médicos e saúde. Para compor a seção também foram consultados os trabalhos autorais de Araújo (2005), Kramer (2011), Silva & Bonsonello (2002), Campos (1999), Nilza A. Forest & Silvio L. I. Wess (2003), Araújo, Gama e Silva, (2013).

3.1 O CONTEXTO DAS CRECHES NO BRASIL: AS PRIMEIRAS INICIATIVAS DO ATENDIMENTO DA CRIANÇA PEQUENA

No que se refere às primeiras ações das creches como substituição do papel materno, Kuhlmann (1998) destaca que elas procuravam reproduzir esses cuidados da atenção materna como uma orientação prescrita pelos médicos higienistas. Houve, portanto um resgate das práticas no que se refere à atenção ao cuidado e a higiene. As primeiras creches, por atender a classe mais pobre, dos filhos das mães trabalhadoras domésticas, dos filhos das ex-escravas, surgem para assemelhar-se relativamente com o papel materno ou fazendo o papel de substituto da mãe, enquanto esta trabalha, por isso, idem (1998) intitula essa época como um Mal necessário. Segundo Kuhlmann (1998), a creche conciliaria entre o papel materno e as novas demandas da mulher pobre e trabalhadora.

O primeiro indício das creches, no que se refere às ações do cuidado, assegura-se na guarda das crianças e no cunho assistencialista. Civiletti (1991) destaca que a criação das creches era para oferecer um espaço para crianças lactantes tendo em vista ao atendimento das

mães trabalhadoras domésticas nas indústrias. Isso discorre na possibilidade da creche está em consonância com o desenvolvimento e progresso econômico do país.

A origem das creches de acordo com os autores mencionados vai ao encontro a uma nova perspectiva de sociedade, uma sociedade da qual exige a inserção da classe trabalhadora pobre no contexto operário. Para isso, foram criadas essas instituições que atendessem “as crianças pobres e funcionavam em tempo integral” (ARAÚJO, 2005, pág.152) e estavam a serviço para atender aos filhos das “operárias industriais e empregadas domésticas” (ARAÚJO, 2005, pág.152). A criação das creches no Brasil, portanto, foi resultante de uma nova ordem econômica urbano-industrial, que adentrou o final do século XIX e início do século XX e acarretou na necessidade de mão de obra, inclusive das mulheres, as quais viram na creche “um lugar para guardar a criança” enquanto ela trabalha.

É nessa perspectiva que se tem a crescente criação das creches e coincide com o terceiro período estudado por Kramer (2011), que compreende de 1889 a 1930, a qual destaca a intensa movimentação por parte dos médicos-higienistas no que se refere ao atendimento à criança, com a criação das creches. Silva & Bonsanello (2002) destacam que “eram os médicos e sanitaristas da época que defendiam a existência da creche, preocupados com a condição de vida das crianças pobres” (SILVA & BONSANELLO, 2002, pág.02).

As creches são provenientes do contexto da Revolução Industrial que demandou da sociedade brasileira a sua inserção ao trabalho nas fábricas e nas indústrias. Isso permitiu a entrada do trabalho feminino como força de trabalho para a ampliação da produção. No que se refere esse enorme avanço no que diz a independência feminina e a conquista dessas mulheres, temos que:

(...) as mulheres com filhos tiveram que aprender lidar com sua falta para esses, ainda pequenos, por um período de tempo considerável durante o dia, por suas jornadas de trabalho assim o exigem. Tal fato provocou substancial alteração na forma de cuidar das crianças (ARAÚJO, GAMA E SILVA, 2013, p.05).

Outras creches foram criadas, a partir de 1943, para cumprir uma exigência da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a serem cumpridas pelas empresas que contratavam mulheres. Sobre a CLT, aprovada em 1934, a autora Campos (1999) destaca que a lei:

(...) obriga os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos trinta mulheres, com mais de dezesseis anos de idade, a dispor de local apropriado em que seja permitido às empregadas guardar, sob vigilância e assistência, os seus filhos no período de amamentação. (...) determina que, até que seu filho complete seis meses de idade, a mulher tem o direito, durante a jornada de trabalho, a dois descansos especiais de

meia e meia hora cada um, para amamentá-lo. (...) Assim, ao mesmo tempo que se procura salvaguardar o direito da criança à sobrevivência, resguarda-se, aparentemente de forma secundária, o direito da mãe trabalhadora a amamentá-la (CAMPOS, 1999, p.20).

Com as determinações da CLT, as creches foram aprimorando suas ações e tendo, portanto, a finalidade de assegurar principalmente a mão de obra da sociedade brasileira e a permanência das mulheres nas fábricas. Nesse intuito, foi possível constatar o progresso desenvolvimentista brasileiro em relação à economia; e, também, a criação dos espaços destinados aos filhos das mães trabalhadoras e assim foi um modo de evitar as reivindicações e protestos de melhores condições trabalhistas dessas mulheres e, isso, sem dúvidas, resultou em mais investimento em criações de creches. No entanto, as condições de atendimento nessas creches não eram condizentes para o bom desenvolvimento da criança, principalmente, um atendimento referido a criança pobre. Tal atendimento era compreendido nos princípios higienistas, regido de proteção e guarda da criança conforme menciona Kuhlmann (1998) e Araújo (2005).

Como podemos perceber, a história da creche no Brasil está assentada em recorrer no atendimento às primeiras necessidades básicas referentes à proteção e o cuidado em relação à higiene, ainda realizados de forma improvisada, para “salvar” a criança da mortalidade e do abandono.

Nesse sentido, apesar das creches serem criadas para se ter uma melhor atenção para as crianças Kuhlmann (1998), Nilza A. Forest & Silvio L. I. Wess (2003), pois estas que viviam sendo abandonadas a própria sorte viviam em um cenário de pobreza e de impossibilidades, a criação dessas instituições foram alvo de ideologias de classe, por ela destinar a educação dos pobres a uma mera função assistencialista e compensatória, como bem diz Kramer (2011):

As crianças das classes sociais dominadas economicamente desfavorecidas, exploradas, marginalizadas, de baixa renda, são consideradas como “carentes”, “deficientes”, “inferiores” na medida em que não correspondem a um padrão estabelecido. Faltariam a estas crianças. “privadas culturalmente”, determinados atributos, conteúdos que deveriam ser nela incultidos. A fim de suprir as deficiências de saúde e nutrição, as escolares, ou as do meio sócio-cultural em que vivem as crianças, são propostos diversos programas de educação pré-escolar de cunho compensatório (KRAMER, 2001, p.24).

Segundo Kramer (2011), através da creche instalou-se, portanto, ideologias de uma elite que queria assumir interesses próprios a fim de dominar o conhecimento do povo pobre e assim, manter uma sociedade de classes, por meio de uma educação compensatória. Isso, nos

dias atuais pode acarretar resultados prejudiciais ao desenvolvimento da criança, pois somente desenvolve uma única ação na instituição, a qual prevalece o assistencialismo. Enquanto, as instituições das elites (jardins de escolas), de maneira histórica, não acontecem essa mesma finalidade. Porém, a partir dos avanços legais (serão apresentados a seguir), em especial após a promulgação da Constituição de 1988, a creche tem ocupado um lugar mais respeitoso a criança.

Contudo, é necessário pensar que apesar da creche ser oriunda de uma concepção higienista para atender, como prioridade, os filhos da população pobre, dando destaque às exigências e hábitos e rotinas do cuidado com a limpeza, sono, alimentação, saúde; essa instituição não é somente um local de guarda da criança, onde se reduz a substituição da mãe, enquanto ela trabalha. É preciso entender a creche como um espaço que cuida e educa, (como vamos ver no próximo item, como direito primeiro da criança) e, que a ausência do caráter educação, nas creches é um desrespeito à lei, e “negando a criança melhores oportunidade de desenvolvimento” (ARAÚJO, 2005, pág.157).

3.2 O CONTEXTO POLÍTICO E EDUCACIONAL: A TRAJETÓRIA LEGAL DA REGULAMENTAÇÃO DA CRECHE A PARTIR DO SÉCULO XIX

Como bem vimos no texto anterior, às creches surgem para suprir uma necessidade de uma mão de obra (em especial a da mãe trabalhadora), de um contexto emergente de modernização (final do século XIX e início do século XX), surgimentos das fábricas e, sobretudo, para suprir de alguma forma as necessidades primeiras de uma sociedade carente de oportunidades. Para mencionar a legislação no que se refere a trajetória da regulamentação das creches foram selecionados a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), legislação que regulamentavam as creches através de políticas de assistência social. Posteriormente, através da mobilização popular, das mulheres trabalhadoras e pesquisadores da infância, advém, a promulgação da Constituição Federal de 1988, que avança no sentido de reconhecer a criança como um sujeito de direitos e, principalmente no direito a educação, da qual é obrigatoriedade do Estado no seu fornecimento para crianças de zero a seis anos.

A iniciar a década de 90, ocorreram fatos importantes no que discorre a efetivação dos direitos da criança, na área da educação infantil. Esses direitos antes preconizados na Constituição de 1988, agora concretizados por meio da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que anseiam por uma educação de qualidade fora do âmbito assistencialista.

É em 1996, que se propõem uma lei que vise à organização da educação brasileira e estabelece a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, temos, assim a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que estabelece uma atenção mais significativa a etapa inicial do desenvolvimento infantil prescrito na primeira etapa da educação. Afirma a lei o objetivo de contemplar a criança desfavorável economicamente a ter reconhecido o direito a educação. Educação esta que a partir da LDB, tem o objetivo de não mais incorporar e confinar instituições e creches aos órgãos de assistência social, caracterizando uma educação mínima a população pobre. Nesta, etapa prevista pela educação infantil o atendimento é destinado para crianças de zero a cinco anos, enfatizando o vínculo com a função educativa.

A especificar cada regulamentação é imprescindível notar que o próprio modo de conceber uma educação assistencialista era promulgado por lei. A educação que fora negada para uma maior parte da população, foi reduzida a políticas de cunho compensatório, inferindo as creches e pré-escolas características assistencialistas e higienistas. Nesse sentido, a forma de regulamentação das primeiras creches e órgãos de assistência estavam ligadas a assistência social. Antes das legislações que almejam melhor desenvolvimento para as crianças, como a LDB (1996), as creches estavam regulamentadas a política de assistência social, esta que surge visando suprir a necessidade da população mais pobre, as quais eram apartadas das políticas sociais. Essa assistência social tinha o objetivo de amenizar os problemas e carências sociais, demonstrando aos cidadãos seus direitos quanto “ao acesso e aquisição da multiplicidade de bens culturais, sociais, educacionais, materiais imprescindíveis à existência do homem” (SOARES & GIAQUETO, 2010, p.03). Isso era uma das formas de não gerar inquietações e, promover contenções de uma população desfavorável economicamente, haja vista que assim como a educação, a sociedade também foi construída de forma desigual. Não são todos que tem acesso a uma mesma educação. Uns são favoráveis em detrimento de outrem. O que se compreendia que a educação compensatória de amenizar conflitos e necessidades sociais foi um dos mecanismos de controle para se gerar uma sociedade desigual.

De acordo com as autoras citadas acima podemos entender que essa regulamentação assistencialista estava relacionada a uma forma de compensar essas políticas traduzidas na forma com que estas estejam voltadas para a proteção dos cidadãos mediante o princípio de universalidade dos direitos sociais. De acordo com elas, a política assistencial por meio da implementação da Lei Orgânica de Assistência Social- LOAS (Lei 8.742/93) define no seu artigo primeiro que:

Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, sendo executada através de um conjunto integrado de ações da iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento as necessidades básicas(BRASIL, 1993, p. 01).

No que se refere ao papel das creches regulamentadas por essa política de assistência social, se reduziu ao caráter assistencialista, priorizando somente ao papel do cuidado e proteção, no que se refere à educação das massas, menosprezando a função educativa ou introduzindo a mesma a mera função assistencial. Ao percorrer pela história da creche, bem como mencionada na primeira sessão, a função educação em sua totalidade fora excluída e negada como um direito a população pobre. Aqui, cabe, portanto, a comparação entre a política dos médicos higienistas e essa política de assistência social, pois as finalidades de se caracterizar a creches como guarda, proteção e prescrição as mães quanto se refere aos cuidados com os filhos são ações inerentes, comuns e persistentes.

As ações dessas políticas de assistência social tinham o objetivo de isolar, mascarar uma realidade extremamente desigual e, com isso promover características compensatórias e reducionistas de creche. Com isso, as autoras dizem que por meio dessa política de assistência social atrelada a creche, esta era preconizada por:

(...) uma educação assistencialista, marcada pela arrogância, que humilha para depois oferecer atendimento como dádiva, como favor aos selecionados. Uma educação com baixa qualidade, bem daquela diferente daquela ligada aos ideais de cidadania, de liberdade, igualdade e fraternidade. Essa educação assistencialista tinha por finalidade isolar as crianças de maíos passíveis de contaminá-las, o principal deles, a rua. (...) Cabia às creches - em sua quase totalidade criadas e mantidas por instituições filantrópicas – guardar as crianças, e ao mesmo tempo aconselhar as mães sobre os cuidados que deveriam ter com os filhos, reforçando o lugar da mulher no lar, junto ao marido e à prole (SOARES & GIAQUETO, 2010, p.03).

Esse período de proteção e guardadas crianças, por meio da assistência social, desencadeou ao contexto em que se começou a ter uma maior preocupação, em termos legais, com a infância e com a criança pequena que inicia a partir da década de 1980.

Devido à questão das políticas sociais prestadas a população serem de cunho compensatório, com práticas pedagógicas reducionistas de proporcionar um desenvolvimento inadequado ao trabalho com as crianças pequenas fora lançado indignações por parte dos profissionais da educação frente a essas políticas de assistência social. Por essas políticas além de mascarar uma realidade regulamentavam as creches a desenvolverem práticas reducionistas. Sobre esses primeiros questionamentos a fim de mudar o cenário de limitações

e reivindicar direitos a um trabalho pedagógico que satisfaça o pleno desenvolvimento do ser criança Oliveira (2011) dirá que:

(...) em relação ao trabalho pedagógico, no início da década de 80, muitos questionamentos eram feitos por técnicos e professores acerca dos programas de cunho compensatório e da abordagem da privatização cultural na pré- escola. Acumulavam-se evidências de que as crianças das classes populares não estavam sendo beneficiadas por esses programas. Ao contrário, eles estavam servindo apenas para uma discriminação e marginalização mais precoce delas (OLIVEIRA, 2011, p. 114).

A década de 80 foi crucial para modificar o cenário de impossibilidades e primazia de se ter ações voltadas para o desenvolvimento que redimensionasse a preocupação com a questão cognitiva para com o trabalho com as crianças na creche. Sobre este cenário Oliveira (2011) também acrescenta que a década de 80 foi um período de:

(...) questionamento político, feito por educadores, acerca da possibilidade de o trabalho realizado em creches e pré-escolas alicerçar movimentos de contra desigualdades sociais. Retomou-se a discussão das funções da creche e da pré-escola e a elaboração de novas programações pedagógicas que buscavam romper com as concepções meramente assistencialistas e/ou compensatórias acerca dessas instituições, propondo-lhes uma função pedagógica que enfatizasse o desenvolvimento linguístico e cognitivo da criança (OLIVEIRA, 2011, p. 115).

Sobre esse período de luta e de reivindicação por uma educação para todos, de cunho e bases democráticas que houve reabertura política acometida no Brasil e por meio da voz ativa populacional, dos movimentos feministas e que foram acometidos os primeiros movimentos sociais por creches e sua melhoria.

De acordo com Cerisara (2002) é redimensionado um enfoque a criança pequena, pois esta fora considerada sujeito de direitos, a partir da própria mobilização popular, do movimento de mulheres e pesquisadores e educadores da infância, que intensificaram suas lutas e discussões em torno da criança como objeto de tutela para a criança como sujeito de direitos. Esses direitos do ponto de vista legal foram preconizados a partir da promulgação da Constituição de 1988, as quais as crianças consideradas como sujeitos que possuem tais garantias de direitos, tenham o direito à vida, a saúde, alimentação, educação, lazer, cultura, dignidade, respeito, convivência familiar e comunitária, principalmente as crianças de cunho social pobre. Segundo Oliveira (2011) a Constituição de 88 enfatiza a questão educação no que se refere como um direito da criança e obrigação do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino. (Idem, 2011) recorre a Constituição para mencionar o papel do Estado para com a educação “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (...) IV-

atendimento em creches e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade (...),” Oliveira (2011, apud CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, artigo 208, 1988).

De acordo com Oliveira (2011) para que houvesse a efetivação do direito a educação, promovida e assegurada pelo Estado foram realizados, na década de 90, alguns marcos e encontros que consistiam em ressaltar a importância da Educação Infantil. Um desses marcos foi a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, o ECA. Por meio dos encontros, debates, pesquisas e publicações promovidas pela Coordenadoria de Educação Infantil, o ECA reafirma que a educação infantil é uma etapa de importante desenvolvimento infantil, e isso permeia que os direitos garantidos na Constituição sejam efetivados, e que isso deve ser estabelecido mediante a uma educação de qualidade e isso se faz superando a concepção de uma educação compensatória e assistencialista. Ambos os pontos destacados serviram de ponte para a preparação um espaço específico para a Educação Infantil. É a partir desse momento, foram sendo discutidos e pensados uma etapa de fundamental importância para o bom desenvolvimento dessas crianças de direitos.

A Educação Infantil, portanto, passa a ser esta etapa, que o Estado tem obrigação de ofertar de acordo e como expresso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n.9.394, promulgada em dezembro de 1996, da sua importância estabelece a associação entre o atendimento às crianças de 0 a 6 anos e a educação. Cerisara (2002) dirá:

(...) a LDB foi constituída tendo por base a Constituição de 1988 que reconheceu o direito da criança pequena ao acesso a educação infantil – em creches e pré-escolas. Essa lei colocou a criança no lugar de sujeito de direitos em vez de tratá-la, como ocorria nas leis anteriores a esta, como objeto de tutela. Nesta mesma direção, a LDB também pela primeira vez na história das legislações brasileiras proclamou a educação infantil como um direito das crianças de 0 a 6 anos e dever do Estado. Ou seja, todas as famílias que optarem por partilhar com o Estado a educação e o cuidado dos filhos deverão ser contempladas com vagas em creches e pré-escolas públicas (CERISARA, 2002, p. 328).

A partir do cenário vigente e com a reformulação conforme mencionado no Título II da LDB (redação dada pela lei nº 12.796, de 2013), o Estado tem passa a ter obrigação em ofertar educação infantil, não mais até aos seis anos de idade, mas, oferecer de forma gratuita o direito ao atendimento e educação as crianças de até cinco anos. Na seção II, que trata especificamente da educação infantil nos art. 29 e 30, respectivamente:

Art.29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I-Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade. (LEI nº 9.394, 20 de dezembro de 1996).

A creche tornou-se inclusa, por lei como parte da Educação Infantil, sendo esta a primeira etapa da educação básica conforme a legislação da Lei de Diretrizes e Bases- LDB (1996), tal importância dada a essa etapa redimensionou a pensar na melhoria da instituição denominada Creche, a qual tem a necessidade e responsabilidade de cuidar e educar crianças de até três anos de idade para visar melhor desenvolvimento das capacidades humanas superiores, bem como explicita Mello (2007), bem como pensar o desenvolvimento integral da criança. Essas mudanças são oriundas das legislações como Constituição de 1988 e LDB (1996).

Devido a LDB preconizar uma melhor atenção no que se refere ao desenvolvimento das crianças pequenas, no que se refere a pensar na formação integral delas, ainda prescinde que tanto creches e pré-escolas são consideradas como parte integrante da Educação Infantil, distinguindo somente a faixa etária entre elas. Ou seja, as creches que estavam sobre o âmbito de assistência social, com a LDB passam prevê que as instituições que existam devem ser incorporadas pela prefeitura aos sistemas de ensino, vinculando do ponto de vista jurídico às Secretarias de Educação. Ainda mais, essas instituições também devem ser apoiadas não só no âmbito de sistemas do município, mas também do Estado e da federação, por meio de assistência técnica e financeira. A considerar, em termos legais a LDB, preconiza um grande avanço no que se refere a prescrever a transição das crianças pequenas nas creches vinculadas a assistência social para a área da educação.

No entanto, esse direito a educação na educação infantil está sendo restrito nas creches, pois mesmo com legislações sobre a indissociabilidade do cuidar e educar que atualmente prescreve a LDB (1996), a problemática a qual originou o concerne da pesquisa está justamente quando apesar do estabelecimento a fins legislativos, ainda é reproduzida uma cultura assistencialista no trabalho com crianças pequenas. É restrito o atendimento das ações pedagógicas somente as ações dos cuidados, sem que o trabalho tenha uma intencionalidade educativa no trabalho com as crianças pequenas, como bem ressalta Azevedo (2013) sobre a importância de se ter uma intencionalidade em prol do envolvimento da ação do cuidado e educação sobre essa cultura assistencialista, em que prevalecem as ações do cuidado. O objetivo das creches no que prescreve a LDB é:

Inserir a creche no sistema de ensino. Com isso, a LDB explicitou que a creche é uma instituição educacional e que o cuidado da criança é parte integrante de sua educação. Em outras palavras, não pode haver educação de crianças pequenas sem o cuidado de seu corpo, sua alimentação, sua saúde, sua higiene, seu crescimento e seu desenvolvimento motor e físico (PÁTIO EDUCAÇÃO INFANTIL, 2003, p.08).

Após a promulgação da LDB, houve novas formas de pensar e rever as concepções de desenvolvimento, cognição e da linguagem a partir das práticas e propostas pedagógicas eram previstas, de acordo com Oliveira (2011). A partir disso, em 1998 foi pensado e elaborado pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC) um documento denominado Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNEI), que tem por principal princípio, bem como preconiza a Constituição de 1988 de que as crianças cresçam como cidadãos e que seus direitos sejam garantidos e reconhecidos, afins de que ela construa a sua identidade e autonomia.

Sobre o documento, o mesmo é composto por três volumes, com base teórica nos aportes do de cunho construtivista. O documento ressalta a exigência do MEC em estabelecer que creches e pré-escolas e demais instituições de Educação Infantil colaborem para a formação da cidadania da criança, que a mesma possa propiciar “o desenvolvimento das práticas de qualidade que permitam a inserção equitativa e participativa dessas crianças no universo social, cultural, econômico e política da realidade brasileira” (RCNEI, 1998, p. 05-06).

O referido documento traz como destaque a relevância de se propiciar a criança atividades que desenvolva de maneira construtiva a sua capacidade de pensar e prescinde que na educação para crianças é importante atender aos cuidados básicos, como a organização da rotina, a própria maneira de conceber e viver o cotidiano, construir com elas práticas que estejam relacionadas aos conteúdos curriculares, sempre enfatizando e promovendo as interações sociais. Uma das interações que norteiam o documento está na valorização da brincadeira como uma ferramenta de trabalho para pensar o desenvolvimento das crianças.

Talvez a dicotomia presente hoje em alguns espaços coletivos infantis esteja relacionada ao fato de estarmos inseridos em uma cultura higienista situada desde o século XIX, em que redimensiona e reduz a prática pedagógica docente apenas para a preocupação com a saúde, alimentação, com delimitação das ações e formas como trata as crianças pequenas, sem que haja, portanto uma finalidade ou intencionalidade educativa.

4 A CRECHE E A DISCUSSÃO SOBRE O CUIDAR E EDUCAR

Nesta seção serão abordados os conceitos de cuidar e educar como uma característica intrínseca da Educação Infantil e do trabalho com as crianças pequenas. Para isso uma discussão faz-se necessária acerca do documento denominado Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), que enfatiza e caracteriza que o ambiente pedagógico de qualidade se faz por meio da valorização das práticas cuidar e educar, da interação da criança com seu meio por meio da brincadeira e por fatores que externos que conduzem o trabalho da educação infantil.

Para a construção da seção foram utilizados como principal referência a Resolução Nº5, de 17 de dezembro de 2009, a DCNEI como suporte de todas as legislações anteriores (Constituição de 1988, ECA de 1990, LDB de 1996, RCNEI de 1998) que priorizam a condução da prática pedagógica como construtora de um ser humano solidário, criativo e crítico.

A autora Oliveira (2011) traz uma reflexão acerca do que menciona as Diretrizes de 2009 apontando os critérios para uma educação de qualidade; Mello (2007) enfatiza que o cuidar e o educar fazem parte das ações que direcionam para a máxima apropriação das qualidades humanas, em uma perspectiva histórico-cultural do conhecimento. E, a autora Guimarães (2011) que traz em seus estudos o cuidado como ética e redimensiona esta ação, não vista mais como uma ação mecânica e instrumentalizadora. A autora ressignifica o cuidado para uma finalidade em que se contemple a atenção e a escuta desta criança que convive na creche. A revista traz um artigo que demonstra o papel do cuidado nas creches.

4.1 AS DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E SUA IMPORTÂNCIA PARA A DEFINIÇÃO DO PAPEL DAS CRECHES

A educação infantil é considerada a primeira etapa da Educação Básica como definida na LDB (1996), e por isso, nas circunstâncias atuais volta-se a preocupar com o ser criança e seu desenvolvimento perante ações que dão base para tal. Uns dos documentos mais importantes do campo da educação infantil são as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2009), que direciona o foco para as ações que norteiam o trabalho com as crianças pequenas nas creches, objetivando, nesse sentido, a qualidade do trabalho pedagógico e o desenvolvimento das mesmas. Mas, antes de se definir e falar das diretrizes, foram realizadas logo após a aprovação da LDB vários debates e pesquisas acerca das condições e melhorias que poderiam ser desenvolvidas nas creches, em se tratando

expressivamente das práticas exercidas neste ambiente coletivo que são atendidas crianças de zero a cinco anos.

As primeiras diretrizes foram caracterizadas pelas críticas no que concerne o trabalho da creche e pré-escola. Essas críticas debateram o que vinha sendo acometido de maneira histórica sobre as ações desenvolvidas as ações do trabalho pedagógico da Educação Infantil, elas redimensionaram e promoveram as Diretrizes de 1999 (Parecer CNE/CEB nº22/98 e resolução CNE/CEB nº01/99 as quais diagnosticam que as práticas assistencialistas nas creches advêm de uma perspectiva histórica marcada pelas políticas de assistência a população economicamente desfavorável e que não priorizavam um caráter emancipatório. De acordo com Oliveira (2011) essas diretrizes se apoiaram no que já preconizava a Constituição de 1988, a autora aponta:

Que definiu o direito à educação das crianças de zero a cinco anos de idade em instituições de Educação Infantil como um direito social não apenas dos filhos de trabalhadores rurais e urbanos, mas também como um direito da criança (OLIVEIRA, 2011, p.119)

Foi, portanto, em 2009 após esse levantamento das pesquisas realizadas nas creches e pré-escolas que os órgãos e Unidades de Educação Infantil das redes públicas de diferentes regiões foram repensados e com o intuito de não prestar um serviço que esteja: voltado à creche com bases assistencialistas; e, em relação a pré-escola prevalecia a antecipação de práticas do trabalho pedagógico “copiadas de um referencial já ultrapassado de ensino fundamental” (OLIVEIRA, 2011,p.120). Ademais, essas pesquisas realizadas mostram resultados de tais práticas acometidas nos espaços que atendem crianças. Há, portanto, uma segregação, dicotomia de práticas que não são condizentes ao desenvolvimento da criança. As creches não devem só cuidar, as pré-escolas não devem só educar. É preciso que as práticas sejam revistas visando o pleno desenvolvimento na sua integralidade, o ser humano precisa de cuidados essenciais a sua sobrevivência e de práticas que o conduzam a pensar. No que se refere a isso, Oliveira (2011) enfatiza que o objetivo dessas Diretrizes eram tratar:

O cuidar e o educar como aspectos indissociáveis e defenderam uma concepção de criança como sujeito ativo que interage com o mundo por meio da brincadeira e principalmente como alguém com o direito de viver a sua infância; daí as preocupações, manifestadas no parecer, em combater a antecipação de rotinas e práticas características do Ensino Fundamental para orientar o trabalho com crianças pequenas (OLIVEIRA, 2011, p. 119).

Nesse sentido, houve um reajuste no que se refere às práticas desenvolvidas em ambas instituições que atendem crianças, isso se mostrou uma tarefa urgente e necessária afim

de que a educação infantil como a primeira etapa da Educação Básica permita ser mediadora de aprendizagens e de desenvolvimentos mais eficientes as crianças. Nisso, houve a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Parecer CNE/CBE nº20/09 e Resolução CNE/CEB nº 05/09) estas diretrizes conhecida como Diretrizes de 2009 redimensiona como devem ser conduzidas as práticas da Educação Infantil, ou seja, essas diretrizes:

(...) reforçou que a proposta pedagógica das Instituições de Educação Infantil tem como objetivo principal promover o desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos de idade, garantindo a cada uma delas o acesso a processos de construção de conhecimentos e aprendizagem de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e a interação com outras crianças (OLIVEIRA, 2011, p.120).

O desenvolvimento integral enfatizado no documento e por Oliveira (2011), articula-se com o Art. 4º dessas Diretrizes de 1999, a qual enfatiza que as crianças são sujeitos ativos que “brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (Resolução nº 5, de 17 de Dezembro de 2009), nesse sentido, as crianças pequenas estão em constante interação e interferem diretamente no meio em que elas vivem. A brincadeira propicia justamente esse desenvolvimento, pois a criança estará em interação com os outros em uma perspectiva Histórico-Cultural. Sobre essa perspectiva a criança pode ser desenvolver integralmente nos espaços coletivos. Segundo Mello (2007)

A creche e a escola da infância podem e devem ser o melhor lugar para a educação das crianças pequenas-crianças de até 6 anos-, pois aí se pode intencionalmente organizar as condições adequadas de vida e educação para garantir a máxima apropriação das qualidades humanas-que são externas aos sujeitos ao nascimento e precisam ser apropriadas pela novas gerações por meio de sua atividade nas situações vividas coletivamente (MELLO, 2007, p. 85)

Através dos estudos de Mello (2007) a criança por ser um sujeito histórico-cultural, a mesma necessita experienciar situações as quais valorizem práticas, não somente práticas assistencialistas e mecanicistas de cuidado, mas sim, oportunizar situações intencionais por meio de brincadeiras, e que devem se perceber no mundo através da sua história e sua cultura, haja vista que são sujeitos históricos e de direitos que necessitam de um desenvolvimento integral conciliando as práticas cotidianas da sua vivência. Cuidar e educar são práticas que promovem as máximas qualidades humanas, pois quando as práticas e ações vividas com as crianças quando ocorrem de maneira intencional e que promove o tateio entre criança-criança e criança e adulto, a comunicação em ambos mencionados, a própria brincadeira

caracterizam-se como atividades que conduzem para a apropriação da máxima qualidade humana.

De acordo com Oliveira (2011) quando as diretrizes fomentam o trabalho que deve ser desenvolvido nas creches, elas traçam um caminho a ser conduzido para melhor desenvolvimento infantil, no que se refere às máximas qualidades humanas. A qualidade mencionada durante ao parecer do documento vem assegurar que todas as Instituições de Educação Infantil, seja do campo ou da cidade, venham compreender que não existe dicotomia entre cuidar e educar, mas que as duas ações venham ser entendidas como indissociáveis. Para exercer bem essa qualidade o documento ainda ressalta que deverá ser proposto:

Um trabalho com diferentes linguagens e com culturas plurais na creche e na pré-escola, possibilitando o fortalecimento dos saberes e das especificidades linguísticas, culturais e religiosas de cada comunidade. Para garantir a comunidade a continuidade dos processos vivenciados pela criança ao longo da Escola Básica, as diretrizes colocam que devem ser criadas estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição por elas vividos (OLIVEIRA, 2011. p.121).

Nota-se que as diretrizes têm preocupação em englobar todas as crianças, independentemente da sua situação econômica ou cultura. A principal necessidade é garantir uma educação de qualidade promovendo a e entendendo o cuidado atrelado ao processo educativo. E isso direciona e chama a atenção para as práticas docentes, elas devem estar em constante reflexão e atenção para que não sofra violações. Nessa perspectiva a Educação Infantil é constituída por:

Espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (art.5º). (DCNEI, 2009, pág.04)

Pensar em educação infantil requer pensarmos em cuidar e educar, como um direito da criança ou do bebê, ainda que seja recente é garantido por lei a partir de 1996, com a LDB e reforçado pelas Diretrizes. Anteriormente a essa promulgação e documentos legais, as creches cumpriam apenas funcionalidade de assistencialismo, com a LDB (1996), as creches devem também passaram a cumprir a função educativa.

Nessa concepção, Mello (2007) enfatiza como foi anteriormente mencionado nas entrelinhas de seu texto sobre Infância e Humanização a importância do cuidar e educar para se desenvolver as máximas qualidades humanas, isso consiste que o processo de ensino e

aprendizagem, se estabelece nas interações que o bebê possa ter ao interagir com outro. Enquanto se faz uma ação do cuidar para com um bebê, devemos ter um diálogo com ele, assim como Azevedo (2013) destaca em seu livro “Educação Infantil e formação de professores: além da separação cuidar-educar” que:

Um professor que tem clara intenção educativa de sua tarefa vai perceber a importância de uma ação que, julgada por muitos como sendo cuidado, é também educativa. Numa situação de trocar a fralda de uma criança, as palavras que ele proferir para ela ou os gestos dele que a criança observar nessa interação vão significar o mundo para ela, ampliando o seu vocabulário, estimulando sua percepção, atenção, etc. (AZEVEDO, 2013, pág.100).

Desenvolver integralmente uma criança é redimensionar a prática docente ao exercício das suas máximas qualidades humanas através do cuidado e da educação. O processo de ensino e aprendizagem de acordo com Mello (2007) acontece em constante consonância e interação com o outro (ou parceiro mais experiente). Segundo a autora, os cuidados e a ação educativa faz o sujeito se humanizar, pois não nascemos humanos, nascemos candidatos a seres humanos. Apreendemo-nos a nos humanizar com o outro. Com isso, é essencial a participação da família na construção do processo educativo da criança nas creches. É preciso compartilhar com a família os saberes educacionais para educar uma criança.

É nesse tempo que a criança desenvolve as suas máximas qualidades, como bem destaca Mello (2007). Por isso, as creches e pré-escolas devem ter preocupação em compatibilizar a prática da Educação Infantil, em relacionar: cuidar e educar.

No que se refere a dicotomia entre os termos cuidar e educar Azevedo (2013) expõe que na intenção que um professor pretende é deverá ter clara a sua intenção educativa que “julgada por muitos como sendo apenas ‘cuidado’, é ao mesmo tempo educativa e vice-versa”. (AZEVEDO, 2013, pág. 167). Porém, vale lembrar que antes de tudo o professor precisa entender a fase de desenvolvimento e aprendizagem em que seus alunos se encontram para melhor compreender qual tipo de desenvolvimento se espera como resultado, pensando nisso, construímos o tópico seguinte, para que possamos melhor entender o que os bebês têm caracterizado como necessidades e especificidades nesta fase.

4.2 EDUCAR E CUIDAR: A RESSIGNIFICAÇÃO DO ATO DE CUIDAR E A IMPORTÂNCIA DO EDUCAR

De acordo como mencionado nas seções anteriores às práticas direcionadas ao trabalho com crianças pequenas de maneira histórica sobrepõem-se sobre as práticas higienistas. E, essas práticas direcionam-se, em sua maioria ao público da população mais pobre. Isso foi mencionado nos trabalhos de Kramer (2011) a qual dizia que esta educação vivenciada nas creches por estas crianças de classe economicamente desfavorável acontecia de maneira compensatória que não valorizava o pleno desenvolvimento das crianças no que se refere à construção de um espaço educativo. Na verdade, as ações eram voltadas para garantir a esta população uma assistência quanto a contenção e erradicação da pobreza, a qual desenvolvem práticas higienistas, em detrimento de propiciar momentos educativos para o desenvolvimento cognitivo das crianças.

O campo da Educação Infantil nos moldes da atualidade preconiza um espaço em que as práticas pedagógicas devem está associadas a dar mais visibilidade a criança por meio da sua interação com o mundo e com os outros. A ênfase é a criança, no desenvolvimento delas quanto seres pensantes e que precisam de cuidados. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, 2009I) ressaltam que as interações e socializações com as crianças pequenas devem ocorrer por meio das brincadeiras e interações que a mesma propicia através do contato constante com o adulto ou outras crianças para que elas tenham um desenvolvimento pleno. Portanto, esse desenvolvimento é mediado pelas ações do cuidar e educar como ações indissociáveis e simultâneas, bem como diz este mesmo documento.

Após dez anos, foram realizadas pesquisas para a elaboração das DCNEIs (2009), estas pesquisas foram realizadas no campo das práticas da educação infantil e sobre as práticas existentes no cotidiano infantil foram observadas que ainda prevalecem questões higienistas, com filosofias assistencialistas de trabalho nas creches. Acontecem também no que se refere ao sentido errôneo das práticas a antecipação de aprendizagem no caso das pré-escolas. Em detrimento a isto este documento retoma a identidade conceitual, legal, sociopolítica da Educação Infantil, isso segundo Oliveira (2011)

se mostrou uma tarefa urgente para orientar as práticas pedagógicas cotidianas vividas nas Instituições de Educação Infantil a fim de torná-las mediadoras mais eficientes de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças (OLIVEIRA, 2011, p. 120).

Por o cuidado ter se tornado historicamente uma ação pertinente no trabalho das creches e nas ações acometidas pela profissionalização das professoras, a autora Guimarães (2011) enfatiza essa ação como proveitosa para desmistificar o cuidado somente como mera função assistencialista. Ela chama atenção para o não desprezo dessa prática não dizer que

esta é ultrapassada e errada no trabalho com crianças pequenas, mas sim enfatizar "o cuidado como atenção e escuta da criança" (IDEM, 2011, p.43).

É aconselhável segundo a autora tratarmos essa ação como essencial no trabalho com as crianças, já que a mesma prescinde em tratarmos o outro com atenção, dando-lhe voz e afeto. Nesse sentido, as crianças de zero a três anos necessitam de cuidados específicos relacionados a demandas do sono da alimentação, do banho, no entanto, o cuidado advém nos estudos de Guimarães (2011) proporcionar mais atenção a criança no sentido de fazê-la e reconhecê-la como sujeito, como por exemplo, deter características de cuidado, mas tornando dessa prática uma pessoa(a criança) preparada para o futuro, pois o cuidado também é uma forma de construção/formação humana, bem como menciona Guimarães(2011) ao citar Kramer(2003).

A prática do cuidado só não deve segundo Guimarães (2011) se tornar uma prática isolada que persiste em tornar o trabalho da Educação Infantil uma mera instrumentalização, um trabalho mecânico, repetitivo em que se conservam as dimensões sanitaristas e higienistas. Mas, segundo a autora essa ação de cuidado pode ser vivenciada de maneira diferenciada promovendo o desenvolvimento infantil, ganhando um lugar de importância numa perspectiva formação humana.

O cuidado deve ser vivenciado, como menciona Guimarães (2011) como uma forma menor de educação. Menor não no sentido desqualificado da palavra, mas sim como em um sentido de maior privilégio da mesma. O cuidado, aqui, deve ser direcionado de maneira que compreenda, perceba e afete a criança no mundo. O cuidado como forma menor de educação visa buscar novas alternativas que propiciem a criação de "um novo modo de escuta, ver e relacionar-se com as crianças, num caminho humanitário e ético" (GUIMARÃES, 2011, p. 43).

Como foi possível perceber quando tratamos sobre a legislação da educação infantil, vimos que foi com a Constituição de 1988 que a criança logo nos seus primeiros anos de vida passa a ser reconhecida como sujeito de direitos, tendo o direito à educação e, foi em 1996 com as Leis de Diretrizes e Bases que as creches foram desvinculadas à órgãos de assistência social, a partir desses momentos foram pensadas e discutidas a profissionalização das educadoras e as práticas a serem direcionadas ao trabalho com as crianças pequenas. Nesse sentido, esse debate acerca dessas profissionais discorrem por o ato de cuidar ser essencialmente associado a uma característica feminina, e atualmente, "a qualificação do trabalho tem exigido a profissionalização e, em consequência disso, o refinamento da discussão sobre que é o cuidar" (GUIMARÃES, 2011, p. 44). De acordo com a autora o

cuidado prescinde que haja profissionalização quanto não ser uma mera ação mecânica, mas que seja um cuidado intencional que não se restrinja ao lado materno das mulheres. O cuidado é uma ação importante que tem por finalidade a formação de pessoas no sentido humanitário e ético, como bem ressalta a autora.

De acordo com a autora anteriormente citada, quando as creches são incorporadas ao sistema de ensino são visíveis às dificuldades encontradas para ter garantido a qualidade preconizada pelas legislações e documentos oficiais, principalmente quando se procura desenvolver práticas direcionadas as ações do cuidar e educar. Com base nesses aspectos encontrados na transposição da creche para um sistema regulamentador temos que concordar que

É um desafio tanto transformar creches comunitárias em creches públicas quanto implantar novas creches, pois, entre outras dificuldades, os recursos são escassos e as condições de formação profissional são frágeis (GUIMARÃES, 2011, p. 45).

Para a compreensão das práticas preconizadas pelos documentos oficiais, como bem enfatiza as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), a autora Guimarães (2011) traz uma discussão do conceito de cuidar em um sentido mais amplo que passa, conforme anteriormente mencionado, do campo da instrumentalização, do exercício mecânico higienista para um campo que valoriza percebe de forma atenciosa o desenvolvimento da criança pequena, segundo Idem (2011):

Pode-se entender que cuidar não envolve só uma habilidade técnica, mas uma atenção, reflexão, contato e, levando em conta o componente emocional, cuidar envolve carinho, atenção ao outro. Trata-se de algo da ordem do corpo, da emoção e da mente, de modo integrado (GUIMARÃES, 2011, p. 46).

No âmbito do conceito de cuidar, podemos perceber que esta prática está atrelada em direcionar o trabalho da creche como uma ação que envolve intencionalidade e finalidade na perspectiva de que sujeitos queremos formar e que sociedade pretendemos construir. Uns dos principais instrumentos de formação humana se faz nas ações de cuidado e atenção para com o outro. E, entre outros campos de formação humana, a educação tem a finalidade de compor e complementar a ação do cuidar, segundo a pesquisa dos significados das palavras cuidar e educar a autora Guimarães(2011) destaca

Educar vem do latim educare, por sua vez ligado a educere, verbo composto do prefixo ex(fora) + ducere (conduzir, levar), e significa literalmente “conduzir para fora”, ou seja, acompanhar aquele que se educa na conquista do mundo. Como já foi apontado por meio do estudo de Montenegro (2005), cuidar vem do latim cogitare, com muitas possibilidades de tradução, além de pensar. Cuidar significa atender,

considerar. De fato seria possível acompanhar o outro sem considerá-lo e estar atento a ele? (GUIMARÃES, 2011, p.48)

Ao ser lançada a pergunta através da citação da autora, é possível perceber que através dos estudos reais no próprio sentido das palavras cuidar e educar, o quão é essencial na formação humana desde os primeiros anos de vida, que a criança tenha experiências de cuidado e educação, pois ao cuidarmos de alguém é imprescindível que esta atue sobre o mundo, pelo ato educativo. A partir da relação cuidar e educar discutida pela autora Guimarães (2011) a prática pedagógica não pode ser inserida em uma ação, haja vista que apesar das especificidades de cada uma, mas ambas são complementares e indissociáveis para a formação do ser humano, haja vista, que não tem sentido apenas considerar uma criança como um objeto, que necessita só de cuidados. Pois, a criança é um ser dotado de pensamentos. E, não há a possibilidade de apenas traduzir a prática redimensionando-a a aprendizagens antecipadas, ou priorizando ações de educação de um currículo ultrapassado de um Ensino Fundamental, no caso de pré-escolas, como bem diz Oliveira (2011).

A creche por historicamente ter mantido características assistencialistas, com os privilégios do cuidado, essa instituição precisa está adequada aos princípios preconizados pelos documentos oficiais e legais da Educação Infantil. Cuidar e educar fazem parte da formação do ser humano; o cuidar em uma perspectiva de atenção e escuta do outro; e, o educar na atitude intencional de realizar cada ação.

Em uma dimensão crítica de sociedade, a creche historicamente assume ações de uma estratificação social injusta ocorrida no Brasil, onde as atividades de cuidado são privilegiadas para as classes onde eles obtêm menor salário e status. De acordo com a Revista Pátio Educação Infantil (2003) as creches são atribuídos um menor valor do que àquelas denominadas educativas.

A Revista Pátio Educação Infantil (2003) traz uma experiência de uma professora da educação infantil a qual diz que as práticas higienistas predominam o trabalho com crianças pequenas, a mesma chega a comparar que as práticas se assemelhavam as linhas de montagem de com contexto fabril que as práticas eram mecânicas e repetitivas. De acordo com o relato da professora:

as situações de higiene são as mais típicas. Recordo-me da rotina de banho de uma creche que lembrava as linhas de montagens das fábricas, ironizadas por Charles Chaplin no filme Tempos modernos (PÁTIO EDUCAÇÃO INFANTIL, 2003, p. 10).

A ação do cuidado precisa ser resinificado no sentido de atenção a criança em momentos diversos, sendo respeitada as suas características individuais. No entanto, há

algumas dificuldades no percurso, na prática alguns profissionais que trabalham com as crianças não se encontram preparadas para estabelecer relação entre cuidado e educação.

Entre alguns destes, pode-se perceber que:

sua função é apenas ensinar saberes especificados no currículo escolar. E, quando obrigadas a exercer atividades de cuidado, geralmente o fazem a despeito das crianças. No entanto, o processo de cuidado e de ensino-aprendizagem é muito mais efetivo e prazeroso quando há uma real sintonia entre quem cuida e quem é cuidado, entre quem ensina e quem aprende, em que o professor educador é capaz de perceber o momento da criança, de proporcionar condições que a acolham e motivem, envolvendo-a e compartilhando com ela atividades variadas, as quais podem ter partido da iniciativa da criança ou do adulto (PÁTIO EDUCAÇÃO INFANTIL, 2003, p.12)

A indissociabilidade entre cuidado e educação na Educação Infantil, em se tratando especificamente das creches deve está em consonância com todo o projeto pedagógico da escola. É necessário todo um planejamento, o qual vai envolver todos os profissionais da instituição. Bem como propiciar um ambiente adequado para que sejam efetivadas tais ações de forma que andem juntas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão permitida através da retrospectiva histórica das práticas realizadas na creche com as crianças pequenas ao ser concedido pelos estudos de autores que anteriormente se importaram com a história da criança e seu desenvolvimento, redimensiono que apesar dos avanços mencionados pelos documentos e legislações, a creche atualmente ainda encontra dificuldades na sua prática ao entender que o cuidar e educar deve andar junto. A trajetória da creche possui marcas em que a função dessa instituição somente atendia a população mais pobre e a finalidade das práticas eram deficientes quando se tratavam de elementos educativos. Apesar, das grandes conquistas como, por exemplo, do marco na década de 80, do direito a creche, o dever do Estado garantir educação às crianças pequenas, que considera esses pequenos como cidadão independente de idade e classe social, mas no que se refere à prática, essa Lei avança com dificuldades.

A creche, portanto, não é mais apenas um lugar onde se garante a guarda da criança, mas sua finalidade por lei, como bem estabelece a LDB (1996) que o cuidar e educar são determinações a serem estabelecidas a fim de redimensionar a criança para um âmbito e um espaço educativo, eliminando qualquer possibilidade a vínculos à órgãos de assistência social.

A partir do exposto, é urgente pensarmos nessas dificuldades como maneira de superarmos tal dicotomia. De acordo com Oliveira (2011) os fatores da dicotomia são múltiplos, tais como: condições estruturais e conjunturais do trabalho pedagógico, a concepção de avaliação a ser trabalhada na creche, a formação de gestores e professores, etc. No entanto, a partir da reflexão atribuo que essa dicotomia é concentrada, pelo último fator mencionado, ou seja, pela falta de formação dos professores ao propiciar condições necessárias em prol do desenvolvimento das crianças.

Por meio disso, olhar do professor se faz essencial na busca do aperfeiçoamento da prática docente, e ela exige o exercício da reflexão acerca do processo e das práticas abordadas. E, a Educação Infantil sendo uma etapa inicial do desenvolvimento infantil dará suporte necessário para as outras etapas do desenvolvimento, tanto do âmbito pessoal quanto cognitivo. Essa discussão se faz necessária, pois é na Educação Infantil que se forma o ser humano.

REFERÊNCIAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14724**: Informação e documentação. Trabalhos Acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- ARAÚJO, Maria Antonieta Nascimento. GAMA, Fernanda Souza. SILVA, Urbiana. **Creche de ontem e de hoje: o que os pais esperam desta instituição?** *Revista psicologia*, diversidade e saúde, Salvador, 2013. Abr. 1 (1): 3-20.
- ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de. **A infância no Brasil: o atendimento da criança de zero a seis anos da década de 30 aos dias atuais.** *Educação & Linguagem*. Ano 8- nº 12, pág148-165, jul-dez, 2005.
- ARIES, Philippe. **História social da criança e da família/** Philippe Ariès; tradução de Flora Flaksman. 2.ed. – [Reimpr.].-Rio de Janeiro: LTC,2017.
- AZEVEDO, Heloisa Helena Oliveira de. **Educação infantil e formação de professores: para além da separação do cuidar e educar/** Heloisa Helena Oliveira Azevedo. -1.ed. –São Paulo: Editora Unesp;2013.
- BRASIL. **REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL.** V.1, Brasília: Mec/SEF, 1998.
- BRASIL. CNE/CEB. **Resolução nº5**, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as diretrizes curriculares para a educação infantil 1999-2009.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Orgânica de Assistência Social, n. 8.732 de 7 de setembro de 1993.
- CAMPOS, Maria Malta. **A mulher, a criança e seus direitos.** *Cad. Pesqui.(online)*.1999, n. 106, pp 11-127. ISSN 0100-1574
- CERISARA, Ana Beatriz. **O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil no contexto das reformas.** *Educ. Soc.*, Campinas, vol.23, n.80, setembro/2002, p. 326-345
- CHIZZOTTI, Antonio. **A pesquisa em ciências humanas e sociais: a evolução e desafios.** *Revista portuguesa de educação*, ano/vol. 16, número 002, Universidade do Minho Braga, Portugal, 2003, PP221-236.
- CIVILETTI, Maria Vittoria Pardal.**O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista.** *Cad. Pesq.*, São Paulo(76): 31-40, fevereiro, 1991.
- DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade/** Suely Ferreira Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes, Maria Cecília de Sousa Minayo(organizadora). -Petrópolis, RJ: vozes, 1994.

FOREST, Nilza Aparecida. WEISS, Silva Luiz Indrusiak. **Cuidar e educar: perspectivas para a prática pedagógica na educação infantil.** Instituto Catarinense de Pós-graduação-
www.icpg.com.br.2003

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.**/ Antonio Carlos Gil. 6.ed.- São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES. Daniela. **Relações entre bebês e adultos na creche: o cuidado como ética/Daniela Guimarães.** São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____.CNE/CEB. **Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil-** Parecer 20/2009 de 11 de novembro de 2009.

LUDKE, Menga. ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** Menga Ludke, Marli E.D.A. André. –São Paulo: EPU, 1986 (temas básicos de educação e ensino).

KUHLMANN, Junior M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Mediações, 1998. 210 p.

KRAMER, Sônia. **A política do Pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce/ Sonia Kramer.** -9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011. Biblioteca da educação- Serie 1- Escola; v.3.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil- 1726-1950. 2001**

MELLO, Suely Amaral. **Infância e humanização: algumas considerações na perspectiva histórico-Cultural.** Florianópolis. jan-junho. 2007.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos/ Zilma de Moraes Ramos de Oliveira.-7.ed.- São Paulo: Cortez, 2011.-** (Coleção Docencia em formação)

Pátio Educação Infantil. Ano 1. Nº 1. Abr/jul 2003. Artmed Editora S.A.

Pedagogia.tripod.com/infantil/brasileuropa.htm, acesso 21/12/2018, às 16:23

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico./Antonio Joaquim Severino.** -23.ed. ver e atual. – São Paulo:Cortez, 2007.

SOARES, Nanci. Giaqueto, Adriana. **Educação infantil: reflexões e práticas.** CAMINE: ways Educ., Franca, SP, Brasil. 2010.

SILVA, Cristiane Ribeiro da. BOLSANELLO, Maria Augusta. **No cotidiano das creches o cuidar e o educar caminham juntos.** *Interação em psicologia*, 2002, 6 (1), p.31-36